

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

FELIPE PALAZZO RODRIGUES

REVISTA *INDÚSTRIA E PRODUTIVIDADE*:

PROBLEMAS E PERSPECTIVAS PARA O EMPRESARIADO E A CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI) EM 1968

Uberlândia, MG

2022

FELIPE PALAZZO RODRIGUES

REVISTA *INDÚSTRIA E PRODUTIVIDADE*:
PROBLEMAS E PERSPECTIVAS PARA O EMPRESARIADO E A CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI) EM 1968

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de Graduado em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl

Uberlândia, MG

2022

FELIPE PALAZZO RODRIGUES

REVISTA *INDÚSTRIA E PRODUTIVIDADE*:

PROBLEMAS E PERSPECTIVAS PARA O EMPRESARIADO E A CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI) EM 1968

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel e licenciado em
História, sob orientação de Prof. Dr. Marcelo
Lapuente Mahl.

Uberlândia, 16 de março de 2022

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl (Orientador)
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Jr.
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Wolfgang Lenk
Universidade Federal de Uberlândia

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos meus pais, por terem proporcionado todo apoio e dedicação para que eu pudesse seguir meu próprio caminho. Ao meu pai por todo o incentivo, e à minha mãe pela companhia e vivência cotidiana nos últimos anos. Agradeço à Letícia, minha irmã quase gêmea e amiga de longa data, por tudo que aprendi com sua presença e por ter sido um referencial em muitos momentos.

Aos camaradas do meu partido, com quem assumi a tarefa, parafraseando aqui Pablo Neruda, de ver a claridade do mundo e acender a revolta diante das injustiças. Nessa caminhada de rebeldia, colhi companheirismo e inspiração para a vida.

Aos meus amigos e amigas, por todo o carinho que sempre recebi, pelos risos, alegrias, inseguranças e incertezas que compartilhamos, pelas conquistas e pelo crescimento de cada um que pudemos celebrar. Na eterna turma 44 da História e outras amizades pela universidade, agradeço pela oportunidade de terem estado na minha vida: Cristiano, João Vitor, Isadora, Andressa, Vinícius, Henrique, Dyovanna, Nathália, Ana Luisa, Marcos, Matheus, Rafaela, José, Fernando, Gabriel, Scarlett, Larissa, Jéssica, Víctor, João, e Guilherme.

Agradeço às oportunidades que a UFU e o Instituto de História me proporcionaram, fundamentais para minha formação, como bolsista no Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História (LEAH), no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, e no programa de Residência Pedagógica, onde reafirmei a certeza do caminho da docência.

Agradeço ao Serviço de atendimento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), por terem digitalizado e disponibilizado parte do material utilizado na pesquisa para este trabalho.

Por fim, agradeço especialmente ao professor Dr. Marcelo Lapuente Mahl, por ter prontamente aceito e se disponibilizado em me auxiliar e orientar nesse processo tão importante da monografia. E aos demais professores e professoras da UFU, por todo o conhecimento e aprendizado que pude construir ao longo da graduação.

RESUMO

Este trabalho pretende realizar um mapeamento da revista da Confederação Nacional da Indústria (CNI), intitulada *Indústria e Produtividade*, especificamente dos volumes publicados mensalmente entre maio e dezembro de 1968, ano em que ocorre sua inauguração. Descrita como representante do pensamento oficial da entidade, e também do conjunto da Indústria Nacional, a intencionalidade do periódico é descrita em abordar os principais problemas econômicos da atualidade, divulgar técnicas modernas de melhoria da produtividade e dos métodos de administração, além de veicular informações úteis ao empresário e levar ao governo suas reivindicações. O levantamento temático, feito a partir de pronunciamentos das lideranças da CNI, dos textos editoriais, e artigos da redação, de economistas e de jornalistas, permitiu observar em que termos as interpretações e balanços da conjuntura econômica, a divulgação das realizações das entidades, a realização de homenagens e celebrações, eram publicados no periódico, conformando uma conjunto de reivindicações e uma interpretação própria da entidade acerca do diagnóstico da economia e do papel de colaboração a ser cumprido pelo empresariado diante desse momento. Enquanto associação representativa de classe a nível nacional, essa instituição projeta-se como entidade responsável e agente capaz de instruir e intervir em várias dimensões, sejam elas no próprio processo produtivo das empresas, nas diretrizes da política econômica, na integração nacional, e no sistema educacional a nível de qualificação técnica de mão de obra e no ensino de tipo superior/universitário. Projeção essa sustentada na avaliação que a CNI faz da atual situação da economia brasileira, e do próprio papel que buscava consolidar enquanto entidade aglutinadora dos interesses do conjunto da indústria nacional.

Palavras-chave: Confederação Nacional da Indústria; Associativismo empresarial; Revista Indústria e Produtividade

ABSTRACT

This paper aims to map the magazine of the National Confederation of Industry (CNI), entitled *Indústria e Produtividade*, specifically the volumes published monthly between May and December 1968, the year it was inaugurated. Described as representing the official thinking of the entity, and also of the National Industry as a whole, the journal's intentionality is described as addressing the main economic problems of the day, disseminating modern techniques of productivity improvement and administration methods, in addition to conveying useful information to businessmen and taking their demands to the government. The thematic survey, carried out based on statements made by CNI's leaders, editorial texts, and articles written by the editorial staff, economists and journalists, allowed us to observe in what terms the interpretations and balance sheets of the economic situation, the disclosure of the entities' achievements, the organization of tributes and celebrations, were published in the periodical, forming a set of demands and an interpretation of the entity itself, regarding the diagnosis of the economy and the collaborative role to be played by the business community at that moment. As a nationally representative class association, this institution projected itself as a responsible entity and as an agent capable of instructing and intervening in several dimensions, whether in the productive process of the companies themselves, in the economic policy guidelines, in the national integration, and in the educational system at the level of technical qualification of labor and in higher education/university education. This projection is supported by CNI's evaluation of the current situation of the Brazilian economy, and of the role it sought to consolidate as an entity that brings together the interests of the national industry as a whole.

Keywords: Brazilian National Confederation of Industry; entrepreneurial associations; *Indústria e Produtividade* magazine

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Ape e a Produtividade	36
Figura 2: Desenho representativo dos pavimentos assistencial e educacional do Centro Social do SESI em Taguatinga.....	66
Figura 3: “Conjuntos folclóricos entusiasmam público operário”. Fotografias da apresentação de Bumba-Meu-Boi, e de Jangadeiros do Ceará	68
Figura 4: “A família operária vai às compras”: Quinhentos mil operários abastecem-se nos postos do SESI	69
Figura 5: SESI do Maranhão entrega casas a trabalhadores maranhenses, com instalação elétrica.....	69
Figura 6: Operário-Padrão 1968.....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	12
CAPÍTULO 1:	17
1.1 Interesses e ação política do empresariado industrial:	17
1.2 A trajetória da Confederação Nacional da Indústria (CNI):	21
CAPÍTULO 2	30
2.1 Periódicos como fonte de pesquisa histórica:	30
2.2 A Revista <i>Indústria e Produtividade</i>:	34
2.2.1 A Produtividade e o desenvolvimento brasileiro:.....	38
2.2.2 Problemas e perspectivas para a indústria brasileira:	50
2.2.3 O lugar do SENAI e do SESI: Educar para o desenvolvimento, harmonizar Capital e Trabalho.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
FONTES:	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	77

INTRODUÇÃO:

Por meio das palavras de Zulfo de Freitas Mallmann, 1º Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em declaração no banquete de encerramento de um evento após uma série reuniões dos representantes da indústria na cidade de Goiânia, fica expresso um chamado para ação do empresariado brasileiro diante da conjuntura nacional:

É preciso proclamar, no momento solene deste encontro, a preocupação do empresariado brasileiro que, consciente da sua missão histórica, não se tem marginalizado diante dos marcantes acontecimentos que assinalam nosso processo econômico, político e social.¹

O evento, ocorrido entre os dias 25 e 27 de março de 1968, noticiado pela revista oficial da CNI, *Indústria e Produtividade*, marca a inauguração do Clube Antônio Ferreira Pacheco, construído pelo SESI para os trabalhadores da cidade, e da Escola Ítalo Bologna, do SENAI, em meio a outras celebrações. Naquela ocasião, as lideranças da entidade representativa do conjunto da indústria brasileira à nível nacional, manifestaram seu intuito de colaboração efetiva e de crítica construtiva às realizações governamentais, sempre em favor do bem-estar social entre todas as classes, aspecto “síntese das nações desenvolvidas”.

A CNI pode ser definida enquanto entidade política privada, sindical e de âmbito nacional, e que carrega a prerrogativa de representar os interesses das categorias do empresariado industrial. Inaugurada no ano de 1938, como parte do sistema corporativo de representação de classe montado no Estado Novo de Getúlio Vargas, sua capacidade organizativa das bases empresariais e de exercer influência nas instâncias do Estado brasileiro sofreu oscilações ao longo de sua trajetória², tendo em vista as transformações no capitalismo brasileiro e em suas formas institucionais.

Desde a década de 1950, a CNI atravessava um progressivo esvaziamento de sua capacidade representativa, dado o quadro de fortalecimento e diversificação de associações de industriais de diferentes segmentos com o avanço da industrialização nacional, além de

¹ GOIÂNIA reúne expressões máximas da indústria nacional. CNI: *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 0, p. 6, maio 1968

² FARIA, Cristina Elsner de. *O papel da Confederação Nacional da Indústria na política industrial brasileira (1938-2014)*. 2016. 468 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2016

intervenções em sua própria estrutura interna.³ Com o golpe militar de 1964, esse sistema corporativo passa por um processo de marginalização, conformando-se um novo tipo de aliança Estado-empresários no novo salto de crescimento econômico e industrial pelo qual passava o país.⁴ Nesse sentido, ocorreu uma redefinição nos canais de influência e exercício de pressão a partir dos quais as elites econômicas poderiam intervir nos rumos da política econômica, e serem consideradas suas demandas específicas.⁵

Sob a tutela do regime autoritário dos militares, o empresariado nacional, ainda que distanciado das áreas decisórias fundamentais sobre a orientação global da economia, participou do projeto desenvolvimentista formulado pela coalizão tecnocrática-militar, mesmo que de forma subordinada.⁶ A partir de 1968, os indícios de uma retomada do crescimento econômico e industrial já eram observados, encarados com otimismo por alguns setores.

Do ponto de vista do contexto econômico, o país havia atravessado um processo bastante recente de uma crise iniciada em 1962, que foi até 1967. Segundo Mendonça e Fontes (2006), a ruptura política de 1964 seria uma unidade de determinações econômicas (oriundas das contradições do modelo de acumulação capitalista brasileiro apoiado em amplo suporte estatal e na inserção maciça de capital estrangeiro que ingressou no país na década anterior) e políticas, dada a ascensão do movimento de massa de trabalhadores, e cisões no âmbito das frações burguesas, que disputavam qual seria o setor hegemônico do processo acumulativo. O golpe redefiniu o pacto de poder do país, originando uma composição militar apoiada pelos setores industrial e financeiro da burguesia.⁷

Como forma de corrigir os desequilíbrios da inflação e do ciclo de expansão, o governo militar adotou medidas de “saneamento econômico”, a partir de uma estratégia que ficou conhecida no jargão da época de “recessão calculada”.⁸ Conforme aponta Santos (2021), a

³ LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000

⁴ Idem. Século do corporativismo? O pesadelo liberal. In: FIGUEIREDO, Ney Lima (Org.). *Empresariado brasileiro: política, economia e sociedade*. São Paulo: Editora de Cultura, 2009, p. 173-220

⁵ DINIZ, Eli. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. *21 anos de Regime Militar: balanços e perspectivas*. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 198-231

⁶ Idem. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas trajetórias. *Política & Sociedade*, v. 9, n. 17, 2010, p. 101-139

⁷ MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. – Rio de Janeiro: Graal, 1986

⁸ MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente: 1964-1992*. – 5. ed. – São Paulo: Ática, 2006, p. 21-22

solução adotada favoreceu o grande capital privado, a partir de medidas como uma violenta contenção salarial, que funcionou como uma técnica de confisco em favor da concentração de renda; contenção dos créditos estatais, levando a uma diminuição da circulação financeira e das pressões inflacionárias, assim como a falência de muitas empresas; mecanismos de controle e aumento da arrecadação fiscal, via elevação de impostos; e uma política cambial com intuito de ampliar exportações e diminuir importações; e adoção de uma política financeira que estimulou o mercado de capitais brasileiro.⁹

Após 1967, a política econômica foi alterada. Com a ascensão do general Arthur da Costa e Silva ao posto de presidente da República, uma nova equipe econômica é montada, contando com Delfim Neto para ministro da Fazenda e Hélio Beltrão para a pasta do Planejamento. Diante do quadro recessivo deixado pela política anti-inflacionária do governo anterior, ao lado de fatores políticos como o aumento de movimentos de oposição, havia maior preocupação com a mais rápida retomada do crescimento. Aspectos como a existência de capacidade produtiva ociosa, o saldo das reformas institucionais do governo, e uma conjuntura externa favorável ao aumento do gasto público, permitiram ao governo uma reformulação das prioridades, reconhecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED).¹⁰ Uma série de medidas adotadas por Delfim Neto indicavam uma nova estratégia de desenvolvimento econômico e uma nova fase de política econômica, como uma reviravolta na política de créditos bancários, que foram ampliados para o setor privado, uma nova política de contenção de preços, mais centralizadora, e uma postura mais intervencionista em matéria de política salarial.¹¹

Em dezembro de 1968, as contradições internas do governo em resposta às movimentações sociais levaram à ofensiva dos militares na aprovação do Ato Institucional nº 5, significando um marco em diversos sentidos no aprofundamento do regime autoritário. Na ocasião, diretores de entidades de classe manifestaram seu apoio, como a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), e a própria CNI, em telegrama dirigido a Costa e Silva, e reproduzido na primeira página da revista *Indústria e Produtividade* daquele mesmo mês:

⁹ SANTOS, Theotônio dos. *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*. - 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2021, p. 129-136

¹⁰ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 141-151

¹¹ EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)*. - 9ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 209-242

A Diretoria da Confederação Nacional da Indústria, reunida ontem, decidiu, por unanimidade, manifestar a sua solidariedade às medidas adotadas pelo Governo no sentido de preservar os patrióticos princípios que inspiraram o movimento revolucionário de março de 1964, cujos fundamentos vinham sendo solapados por forças contrárias ao interesse nacional. Nesta oportunidade, a Confederação Nacional da Indústria, que formou ao lado da Revolução de Março por traduzir os seus próprios anseios, vem reiterar o seu apoio e a sua confiança na implantação de um sistema de segurança, paz e harmonia social, consolidando definitivamente os altos objetivos a que se impôs o Governo da Revolução. Proclama a Indústria nacional que só dentro de um clima de segurança poderá a Nação integrar-se num verdadeiro processo de ordem e desenvolvimento econômico, encontrando meios capazes de lhe assegurar condições propícias ao rendimento da produção e do trabalho construtivo.¹²

Essas lideranças depositavam no fortalecimento do Poder Executivo a confiança de que as decisões na área econômica seriam simplificadas, de modo a retirar obstáculos ao crescimento das atividades produtivas.¹³

Feitas essas considerações, o ano 1968 parecia indicar o ingresso a uma nova etapa de desenvolvimento econômico, com significativas alterações no âmbito das instituições políticas. Consideramos aqui que a inserção da CNI nesse contexto se dava enquanto entidade que buscava projetar-se no debate de ideias acerca dos rumos da política econômica nacional, colocando-se como representante capaz de formular pautas unitárias e atuar enquanto porta-voz de demandas coletivas do conjunto da Indústria do país.

Esse mesmo período representou o início da retomada da estabilidade política do quadro diretor da entidade, com a eleição de Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto para a presidência, representando uma gradual reconquista de seu peso político no âmbito nacional, o que no conjunto restabeleceu alguma capacidade de orientar e congregar os difusos interesses dos empresários em torno de temáticas de relevância ao segmento industrial.¹⁴

Pretendemos neste trabalho realizar um mapeamento dos primeiros 8 volumes da revista publicada mensalmente pelo Serviço de Relações Públicas da CNI, ao longo do ano de 1968, quando ocorre a inauguração do periódico, intitulado *Indústria e Produtividade*. Apresentada enquanto revista representante não só da CNI, mas da Indústria Nacional em seu conjunto, orienta-se por abordar os principais problemas econômicos da atualidade, e divulgar técnicas

¹² INDÚSTRIA solidária com Ato da Revolução. CNI: *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 7, p. 1, dez. 1968

¹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018, p. 195-216

¹⁴ FARIA, 2016, p. 283

modernas de melhoria da produtividade e dos métodos de administração, além de veicular informações úteis ao empresário e levar ao governo suas reivindicações.

O trabalho está dividido em 2 capítulos. O primeiro é destinado a realizar uma breve discussão sobre o tema da atuação e organização política do empresariado brasileiro, e uma abordagem da trajetória da CNI até o final da década de 1960, momento em que é iniciada a publicação da revista. Já o segundo dedica-se a abordar elementos metodológicos da pesquisa com fontes periódicas, descrever a estrutura geral da fonte analisada no trabalho, e sistematizar o mapeamento feito nos volumes selecionados.

O levantamento temático realizado a partir de matérias dos discursos das lideranças da CNI e das federações industriais, dos editoriais, das reportagens envolvendo pautas conjunturais da indústria, das notícias sobre a atuação do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e de entrevistas com membros do governo federal, permitiu observar em que termos as interpretações e balanços da conjuntura econômica, a divulgação das realizações das entidades e dos chamados métodos modernos de administração do trabalho, a realização de homenagens e celebrações, eram publicados no periódico, conformando um conjunto de reivindicações e uma interpretação própria da entidade acerca do diagnóstico da economia e do papel a ser cumprido pela classe empresarial diante desse momento.

CAPÍTULO 1:

1.1 Interesses e ação política do empresariado industrial:

Pretendemos neste capítulo realizar uma breve discussão bibliográfica sobre o tema da atuação e organização política do empresariado brasileiro, e a respeito da trajetória da Confederação Nacional da Indústria até o final da década de 1960, momento em que é iniciada a publicação da revista *Indústria e Produtividade*. As definições apresentadas aqui nos auxiliam a compreender em que termos a CNI, enquanto associação política relevante no cenário nacional, insere-se publicamente no debate com o conjunto do empresariado, em especial o da indústria, e diante das instâncias do Estado no que diz respeito aos balanços e interpretações da economia do país e os rumos da política econômica.

No balanço da literatura sobre a ação do empresariado brasileiro feito por Wagner Pralon Mancuso (2007), o autor argumenta que essa produção analítica estrutura-se em torno de um debate fundamental: se esse empresariado no Brasil se trata de uma ator político forte ou fraco. Cinco “ondas” de interpretação são sistematizadas por Mancuso a partir da década de 1950. A primeira, produzida entre 1950 e 1960, sustenta a existência de uma parcela do empresariado que seria nacionalista, enquanto agente capaz de liderar uma aliança com os trabalhadores em favor de uma revolução nacional e democrática, representada principalmente pelas obras de Hélio Jaguaribe e Néelson Werneck Sodré; já a segunda onda, representada por autores como Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Luciano Martins, Florestan Fernandes e Luiz Carlos Bresser-Pereira, situada entre 1960 e 1970, destacam-se por abordar temas como a fraqueza da burguesia industrial, seu caráter não nacionalista e nem antiimperialista, contentando-se em ser sócia menor da alinça entre Estado e capital internacional, o que indicaria sua incapacidade de exercer liderança política.

A terceira linha, representada por Sebastião Velasco e Cruz, Leigh Payne, Eli Diniz e Renato Boschi, Maria Antonieta Leopoldi e René Dreifuss, em obras publicadas entre 1970 e 1990, argumentam em favor da importância e impacto que a articulação unitária dessa classe atingiu em momentos-chave da história do país, em campanhas pela deposição de João Goulart em 1964, contra a estatização da economia nos anos 1970, pela redemocratização no final dessa mesma década, rompendo o pacto com o bloco militar que ascendeu ao poder com a ditadura.

Assim, indicando que, de modo geral e apesar de seus limites, a burguesia industrial apresentou atuação política intensa em todas as fases do processo de industrialização brasileiro.¹⁵

A quarta onda interpretativa, iniciada em 1990 em diante por autores como Ben Ross Schneider, Kurt Weyland e Timothy Power, argumenta a incapacidade de ação coletiva desse setor, razão de sua fraqueza política, sendo o sistema corporativista de representação de interesses a causa principal. A quinta linha, também situada a partir de 1990, dedicou-se em enfatizar o grande processo de organização e mobilização empresarial nessa mesma década, com iniciativas importantes da cúpula do sistema corporativista (CNI), abordada por autores como Eli Diniz e Renato Boschi, Amâncio Jorge de Oliveira, e Wagner Pralon Mancuso.¹⁶

Pensar a ação política do empresariado industrial no Brasil envolve observar sua trajetória em face das várias fases do capitalismo industrial e dos modelos de desenvolvimento adotados, especialmente a partir da década de 1930. Interessa-nos aqui a argumentação de Eli Diniz (2010), que afirma que há uma linha de continuidade que atravessa o século XX que define essa atuação, caracterizada por um pragmatismo doutrinário-ideológico, definido por sucessivas adaptações a posturas de maior ou menor alinhamento com um papel mais ativo do Estado.¹⁷

Esse aspecto se apresenta no apoio a distintos regimes políticos, em que representaram papel de destaque, quando não na elaboração, pelo menos na sustentação da política econômica de modelo nacional-desenvolvimentista, inclusive com adesão ao pacto autoritário da ditadura: “Em outros termos, este setor tinha um significado econômico, ocupava uma posição reconhecida e cumpria um papel político na qualidade de integrante da coalizão desenvolvimentista.” (DINIZ, 2010, p. 116).

Segundo Diniz (1994), com o golpe militar de 1964, paralelo à diversificação crescente que o setor industrial e as associações representativas do empresariado desse setor adquiriram, ocorreu também a expansão das instâncias do Estado, no que diz respeito às agências burocráticas, do setor produtivo estatal, e com a criação de grande número de conselhos e comissões na área de regulação econômica, que se tornaram arenas de negociação, ocorrendo

¹⁵ MANCUSO, Wagner Pralon. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 28, p. 131-146, jun. 2007

¹⁶ MANCUSO, 2007, p. 131-137

¹⁷ DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas trajetórias. *Política & Sociedade*, v. 9, n. 17, 2010, p. 101-139

uma redefinição dos canais de influência e exercício de pressão por parte das elites econômicas. Órgãos colegiados como o Conselho Monetário Internacional (CMN), criado em 1964, como órgão máximo do conjunto de instituições financeiras e mecanismos de concessão de incentivos e desincentivos monetários que configuraram o sistema financeiro nacional, atuou na gestão do período do “milagre econômico” como suprema autoridade da política monetária e creditícia do país, ao lado do Conselho Interministerial de Preços (CIP), criado em 1968, que exerceu função de contenção da inflação via controle de preços, cumpriram papel de incorporar demandas de determinadas frações empresariais no âmbito da política do governo.¹⁸

Nesse sentido, conforme aponta Diniz, o empresariado é considerado participante ativo dos acontecimentos, sujeito a opções e capaz de fazer escolhas e intervenções diante, por exemplo, da ação governamental. Ainda que na consolidação do Estado de tipo burocrático-autoritário da ditadura militar os espaços para defesa de interesses corporativos de diferentes segmentos das elites econômicas tenham sido ampliados, em contrapartida, os núcleos decisórios centrais que definiam a orientação global da economia, tornaram-se cada vez mais fechados no interior do próprio aparelho estatal.¹⁹

Dessa forma, sob o regime autoritário, o empresariado nacional passou por um significativo fortalecimento econômico e de sua posição estrutural, no entanto, diante da diversificação dos segmentos e representações, não adquiriu uma maior coesão político-ideológica e unitária em sua ação, que permitisse impor rumos distintos de acordo com seus interesses. Assim, mesmo que de forma subordinada, o empresariado industrial participou do projeto desenvolvimentista formulado pela coalizão tecnocrático-militar.²⁰

A proposição de um enfoque teórico baseado em Gramsci feito por Álvaro Bianchi (2007) para pensar a ação coletiva do empresariado e suas formas de associação de forma relacional, em contraposição às chamadas vertentes essencialistas sobre a ação empresarial, que baseiam-se em pressupostos que remetem a uma essência das classes sociais, em detrimento do resultado do processo histórico que as conformam, nos auxilia a pensar o lugar que a fonte selecionada para este trabalho assumiu no contexto de sua publicação.

¹⁸ DINIZ, Eli. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. *21 anos de Regime Militar: balanços e perspectivas*. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 207-209

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 211-212

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 225-226

O autor toma como ponto de partida as relações existentes entre os empresários, os trabalhadores e o Estado (entrelaçadas de modo complexo e indissolúvel nos processos históricos), e sustenta a necessidade de observar o próprio movimento histórico, seus conflitos sociais e relações de forças que conformaram as formas institucionais de ação coletiva do capital como singularidades historicamente determinadas, como resultados desses conflitos e do seu lugar.²¹

Nessa perspectiva, as formas de associação empresarial (ou associação do capital), não são resultado de uma tendência espontânea que leva à identificação de interesses comuns, e sim o produto destas relações de forças sociais que motivariam a agregação de interesses antes dispersos e, até mesmo, conflitantes, bem como da capacidade de liderança de certos intelectuais²², agentes esses que, diante de choques entre diferentes frações do capital, as classes subalternas e as formas institucionais, dão coerência às necessidades do processo de reprodução do capital na forma de projetos políticos e econômicos.²³

Feitas essas considerações, é importante destacar a posição de agente relevante que o empresariado industrial assumiu ao longo de sua trajetória, ainda que com oscilações na posição e peso que exercia em relação aos rumos que as políticas de desenvolvimento adotadas pelo aparato governamental tomavam. O próprio modelo de crescimento e reorganização da economia adotado entre 1964 e 1967, sob tutela dos militares, gerou ambiguidades para o empresariado, que manteve seu apoio ao regime, mesmo que os aspectos da política de austeridade tivessem impactado em áreas como a contenção do crédito para o setor privado e a redução do nível geral de investimentos até então.

Especialmente após o momento em que os sinais da retomada econômica consolidaram-se a partir de 1968, esse apoio é fortalecido. Nesse sentido, os debates e discussões a respeito dos rumos da política econômica, projetados publicamente por lideranças e representantes

²¹ BIANCHI, Álvaro. Empresários e ação coletiva: notas para um enfoque relacional do associativismo. *Revista de Sociologia e Política*, nº 28, jun. 2007, p. 117-129

²² Segundo Bianchi, a noção do empresário como agente concreto da ação coletiva do capital, definida em determinada relação social (enquanto representante ou detentor de uma fração autônoma do capital) e em determinada função (de organizador e gestor do processo de valorização do capital), assume, na perspectiva gramsciana, o papel de intelectuais orgânicos da burguesia, ainda que nem todos tenham a capacidade de organizar o capital ou a sociedade, existindo portanto uma hierarquia de empresários-intelectuais com diferentes tarefas e funções. Ver BIANCHI, Álvaro, 2007, p. 117-129

²³ Idem, *ibidem*, p. 125-126

dessas organizações de classe, expressavam interesses políticos e econômicos em disputa em dado contexto histórico.

1.2 A trajetória da Confederação Nacional da Indústria (CNI):

Apresentada como uma entidade que filia e coordena os industriais do país, a fim de suscitar, estudar e buscar soluções para os problemas que os envolvem, em colaboração com os poderes públicos, especialmente nas questões de sentido econômico, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem como prerrogativa representar os interesses das categorias industriais e empresariais manufatureiras.²⁴ Assim, cabe-lhe responsabilidades como resolução de dissídios ou litígios entre as classes de empresários e de trabalhadores, negociação de acordos coletivos, representação junto a organismos nacionais e internacionais, manutenção dos serviços de utilidade das federações filiadas, estipular contribuições aos sindicatos e federações, e recebê-las para fins de manter o aparato organizacional da entidade; e a administração e direção do SESI e SENAI, dentre outras obrigações.²⁵

A CNI pode ser definida como uma associação sindical patronal e de âmbito nacional, formada por um conjunto de federações de indústrias de vários estados, congregando sindicatos que aglutinam empresas em cada setor industrial, e associações setoriais de âmbito nacional vinculadas diretamente à CNI.²⁶ Ao longo do tempo, à medida em que essa entidade firma sua capacidade de coordenar e articular os interesses da indústria, consolida-se como uma entidade política privada em posição de liderança capaz de organizar uma base de mobilização empresarial, e com capacidade de influência política no Estado brasileiro, ainda que com uma trajetória não linear, ou seja, o tipo de aliança entre o setor público e o setor privado empresarial foi atravessado por modificações e oscilações no peso dessa influência.²⁷

A década de 1930 no Brasil, com as transformações operadas pelo governo de Getúlio Vargas na estrutura do Estado, representou um marco importante na trajetória das associações

²⁴ CNI: 30 anos a serviço da Indústria. *Indústria e Produtividade*, Ano 1, nº 1, jun. 1968, p. 100-102

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 101

²⁶ CALICCHIO, Vera; COUTO, André; SETEMY, Adrianna. Confederação Nacional da Indústria (CNI). In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-nacional-da-industria-cni>. Acesso em: 03 dez 2020.

²⁷ FARIA, 2016, 278-288

empresariais e na consolidação de seu papel no quadro da industrialização do país. A nova legislação sindical da década estruturou o que ficou conhecido como um modelo corporativo de organização, que exigia que as associações de classes locais deviam organizar-se em sindicatos, associadas em federações de âmbito estadual, reunidas sob uma entidade de cúpula com abrangência nacional.²⁸

Transformadas em “entidades oficiais”, passariam por aprovação e posterior controle do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, recebendo, em contrapartida, um lugar no interior do Estado, como órgão consultivo e técnico. A aliança entre as lideranças industriais e o Governo Vargas, que compartilhavam de modo geral do referencial desenvolvimentista com intervenção do Estado em favor da industrialização desde uma perspectiva nacionalista, ocorreu por meio do sistema corporativo, diante do acordo de levar adiante a industrialização do país via uma gestão autoritária.²⁹

A Confederação Industrial do Brasil (CIB), fundada em 1933 e antecedida pelo Centro Industrial do Brasil (CIB), deu lugar à Confederação Nacional da Indústria em 12 de agosto de 1938 como forma de atender às demandas legais do governo federal com a Constituição de 1937 do Estado Novo. Composta inicialmente por 4 federações: Federação das Indústrias Paulistas, Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (RJ), Federação das Indústrias de Minas Gerais e Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, teve os engenheiros e industriais Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente. Esse processo ocorreu não sem conflitos, em que a ofensiva articulada por essas lideranças contra uma tentativa de reestruturação do modelo por parte do governo conseguiu que pudessem coexistir entidades privadas com maior autonomia de funcionamento ao lado das entidades sindicais.³⁰

A partir da década de 1950 ocorreram significativas transformações no âmbito político e econômico do país que tiveram influência na maneira como os empresários articulavam-se entre si nas associações de classe. O governo de Juscelino Kubitschek com o Plano de Metas, reelabora as relações do Estado e a economia no país, colocando no centro da estratégia

²⁸ LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. Século do corporativismo? O pesadelo liberal. In: FIGUEIREDO, Ney Lima (Org.). *Empresariado brasileiro: política, economia e sociedade*. São Paulo: Editora de Cultura, 2009, p. 183

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 186-188

³⁰ LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, LEOPOLDI, 2000, p. 35-90

governamental a política industrial que favoreceu a expansão do parque produtivo e do volume de recursos estrangeiros envolvidos nesse novo salto de desenvolvimento. O que, por um lado, favoreceu indústrias no eixo Rio-São Paulo, aprofundando desequilíbrios regionais, por outro gerou uma forte associação de alguns setores da indústria ao capital estrangeiro como forma de sobreviver à concorrência.³¹

Conforme aponta Leopoldi (2009), esse processo acirrou o debate entre posições nacionalistas e internacionalistas a respeito da compreensão do tipo de desenvolvimentismo e do papel do Estado e do capital nacional e estrangeiro na dinâmica econômica. Além disso, devido ao crescimento setorial e a diversificação da indústria, por tipo de capital, escala produtiva, região, tornou-se cada vez mais complexo aglutinar um projeto de interesses que fosse comum para a classe.³²

Transformações institucionais também marcaram esse período. Ainda segundo Leopoldi (2009), a partir de 1955 forma-se um sistema híbrido de representação dos interesses industriais. Dentre os diversos elementos que colaboraram para a crise do sistema corporativo oficial das décadas de 1930 e 1940, e sua flexibilização em meados dos anos 50, estão: uma nova geração de líderes que emergem nas federações estaduais, em especial de São Paulo e do Rio de Janeiro; divisão interna entre as federações que compunham a Confederação a respeito da política de investimentos estrangeiros e a livre iniciativa dos mercados; surgimento de entidades industriais setoriais que passam a agir de forma paralela e independente como forma de atuar nos organismos governamentais com maior flexibilidade; multiplicaram-se associações empresariais para além de entidades representativas, que organizaram empresários para causas políticas por exemplo, como foram os casos do Conselho Superior das Classes Produtoras (Conclap-SP) em 1955, e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.³³

Muitos dos debates em que a CNI esteve envolvida a partir do final da década de 1940 ocorreram por meio de periódicos da entidade, em que o Departamento Econômico, idealizado inicialmente por Roberto Simonsen, convocou economistas e especialistas para estudar dados industriais, analisarem os efeitos das políticas governamentais, e, principalmente, formularem um projeto industrial nacionalista e desenvolvimentista a partir da Confederação e de suas

³¹ LEOPOLDI, 2009, p. 200-206

³² Idem, ibidem, p. 207

³³ Idem, ibidem, p. 201-212

lideranças. Coube a esse Departamento na década de 1950 em diante a tarefa de criticar as políticas que prejudicavam a indústria, transferindo a combatividade e a posição crítica, antes ocupada por Simonsen e Lodi, lideranças de maior alcance nacional, aos economistas e cargos técnicos da CNI, como João Paulo de Almeida Magalhães, Eliseu Pujol, Manoel Orlando Ferreira, dentre outros intelectuais.³⁴

No campo do debate das ideias econômicas, a noção de desenvolvimento foi central. De acordo com Bielschowsky (2000), o desenvolvimentismo é caracterizado como um projeto de superação do subdesenvolvimento por meio da industrialização integral, contando com o apoio do Estado em sua capacidade de orientar/subsidiar o processo via planejamentos econômicos, tornando-se ideologia econômica dominante nos anos 1950. Há nesse período 3 correntes desenvolvimentistas: a) do setor privado, caracterizando-se por uma posição por vezes antiliberal, favorável ao apoio estatal na acumulação privada, e de posições variadas sobre o grau de participação estatal e do capital estrangeiro no processo; b) do setor público não-nacionalista, em que os economistas dessa corrente eram favoráveis ao apoio estatal, mas marcavam preferência por soluções privadas e inclinação por políticas de estabilização monetária; e c) do setor público nacionalista, marcado pela defesa das inversões estatais nos setores estratégicos, como mineração, energia, transportes, telecomunicações e algumas indústrias básicas. Dado a frágil estrutura do capital nacional, a preferência estatal tornaria adequado o uso do termo nacionalista, visto que a alternativa à ela seria a do capital estrangeiro.³⁵

Conforme salienta Feldhues (2014), a produção intelectual da CNI situa-se na corrente desenvolvimentista privatista. Tornando-se, especialmente na década de 1950, o lugar institucional privilegiado de projeção de um discurso classista, cujos interesses privados pretendiam parecer o interesse nacional - o do desenvolvimento econômico - a entidade fomentou um projeto de nação visando modificar as estruturas de reprodução do capital em função das necessidades da nascente indústria nacional, passando por defesas como a preservação dos mercados nacionais (em posição de limitação dos investimentos estatais e

³⁴ LEOPOLDI, 2009, p. 206

³⁵ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 33-34

estrangeiros), pela ampliação do crédito industrial, o combate à elevação salarial e tributação dos lucros.³⁶

Colocando em perspectiva a atuação da entidade desde uma perspectiva baseada em Gramsci, José dos Santos Rodrigues (1997), que interpreta a CNI como o mais importante aparelho de hegemonia da burguesia industrial brasileira desde sua criação, mas principalmente a partir da década de 1980, discute que os discursos de lideranças e representantes da CNI expressam um “têlos societário”, ou seja, uma imagem construída pelo seu discurso hegemônico - identificador dos interesses particulares aos dos demais setores da sociedade - a uma meta a ser perseguida pelo conjunto social, conduzida pela classe que a elabora.

Há 3 *têlos* fundamentais ao longo de sua trajetória, em reconstrução permanente no quadro da industrialização brasileira e nas transformações do modo de produção capitalista a nível nacional e internacional, em todas as suas contradições: 1) o da nação industrializada, mediante superação do passado agrário primário exportador, representado principalmente por Euvaldo Lodi (presidente da CNI entre 1938 e 1954); 2) alcançada a industrialização do país, e não superados grandes problemas sociais ainda na década de 1960, período que coincide com a ditadura militar iniciada em 1964, almeja-se o objetivo do país desenvolvido, via modernização industrial, ou aprimoramento do parque industrial pela produtividade, expressas nos discursos de Brasil Netto (presidente da CNI entre 1967 e 1977); e 3) o da economia competitiva, característico a partir da década de 1980.³⁷

Segundo Rodrigues (1997), a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), via decreto-lei em 1942, inicialmente com finalidade de organizar e administrar no país centros de formação profissional em diversos níveis, e a criação do Serviço Social da Indústria (SESI) em 1946, com intuito de formar moral e civicamente os trabalhadores, no espírito de solidariedade entre as classes, nos termos do decreto que o funda, ambos sob direção da CNI, expressam a pretensão pedagógica da burguesia industrial frente à classe trabalhadora, em abarcar todas as facetas da formação humana: desde profissional à moral e cívica, até de hábitos de higiene e cultura, de lazer e de salários.

³⁶ FELDHUES, 2014, p. 65-66

³⁷ RODRIGUES, José dos Santos. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da confederação nacional da indústria*. 1997. 273 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997, p. 215-223

Esse intuito pedagógico também fica expresso na criação do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), inaugurado em 1969 a partir das discussões que a CNI inicia com as Universidades brasileiras no ano anterior. Com o intuito de aproximar o empresariado dos centros universitários, e incentivar a preparação especializada da mão de obra ajustada às necessidades do mercado de trabalho, o IEL surge sob a marca da política educacional autoritária dos militares com a Reforma Educacional de 1968. De acordo com Rodrigues, completada assim a “tríade pedagógica” da CNI - SESI, SENAI, IEL - a inserção da burguesia torna-se cada vez mais presente no debate educacional, preocupando-se com a (con)formação da força de trabalho, elaborando um projeto hegemônico-pedagógico para a sociedade brasileira, processo que se consolida a partir da década de 1980, mas que é esboçado nas décadas anteriores por meio da trajetória dessas entidades investidas no campo educacional.³⁸

Dessa maneira, o alcance atingido pela CNI e pelas entidades associadas alçaram-na ao posto de autoridade econômica e ator relevante nos debates da época. Porém, a partir do ano de 1961, a entidade passou por 3 intervenções em seu quadro diretor, o que aprofunda a fragmentação em âmbito nacional, ao mesmo tempo que aumenta a cisão entre a CNI e as federações economicamente mais fortes como a Fiega e Fiesp. Um dos reflexos dessa crise institucional pode ser apontado na predominância de lideranças do Nordeste na presidência da CNI, quando o parque industrial dessa região mostrava-se incompatível como o pólo dinâmico da indústria localizado no Centro-Sul do país, o que indica a perda do caráter agregador de interesses classistas que a entidade possuía, dado o esvaziamento representativo do principal pólo empresarial da nação.³⁹

Segundo Leopoldi (2009), com o golpe militar, o sistema corporativo montado desde o Estado Novo iria ser cada vez mais marginalizado, conformando-se um outro tipo de aliança Estado-empresários, no novo salto industrial pelo qual passava o país, em que as entidades como CNI, Fiega e Fiesp não tinham mais acesso direto às decisões da área econômica. Foram as associações setoriais, ligadas aos setores de material de transporte, bens de capital, indústria automobilística, equipamentos elétricos e eletrodomésticos que participaram das definições das políticas de fomento e dos planos de desenvolvimento tomadas na fase das reformas estruturais, iniciadas pela equipe de Octávio Bulhões e Roberto Campos, deixando as federações estaduais e a CNI fora da discussão desses assuntos. Assim, manteve-se a atuação dos empresários na

³⁸ RODRIGUES, 1997, p. 24-47

³⁹ FELDHUES, 2014, p. 227-228

política industrial por meio principalmente das novas associações, mesmo com o aumento da autonomia decisória que adquiriu a área econômica do governo federal.⁴⁰

O resultado da 3ª Junta Governativa, efetivada em 1964, foi intervir e retirar todos os representantes industriais vinculados de algum modo ao governo de João Goulart, deposto com o golpe. O resultado desse processo foi a escolha do General Edmundo Macedo Soares e Silva, ligado ao setor empresarial da siderurgia, tornando-se o primeiro militar a conduzir a entidade, deixando evidente a infiltração de representantes do governo na estrutura institucional da iniciativa privada. Em 1967, Soares e Silva toma posse no Ministério da Indústria e Comércio, ampliando gradativamente a influência da CNI no órgão estatal, estreitando alguma participação do setor privado, especialmente da indústria siderúrgica, por meio de grupos executivos vinculados ao Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), inaugurado em 1964⁴¹, a partir da reforma administrativa e institucional de Roberto Campos e Bulhões, almejando a reestruturação das agências burocráticas e criação de unidades voltadas para a formulação e implementação da política econômica e regulação da economia.⁴²

No geral, a gestão de Macedo Soares e Silva conseguiu alcançar uma convergência entre as pautas da indústria e as prioridades definidas pelo Estado, caracterizando-se por dar ênfase à questão do progresso tecnológico e avanço no segmento industrial dos bens de produção, como forma de sustentar um desenvolvimento emancipado. Além disso, incursões pela maior organização do mercado de capitais, tido como ferramenta essencial para o estímulo de poupança interna e à canalização de investimentos produtivos, e também em defesa de um ambiente de colaboração harmoniosa entre Estado e iniciativa privada.⁴³

O engenheiro Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto, que antes havia sido presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem, e da Federação de Indústrias do Ceará, e ocupava a posição de vice-presidente de Edmundo Soares, foi eleito para a presidência da CNI em 1967, posição que ocupará até 1977. Esse período representou o início da retomada da estabilidade política do quadro diretor da entidade, o que representou uma gradual reconquista

⁴⁰ LEOPOLDI, 2009, p. 212-213

⁴¹ FARIA, 2016, p. 278-282

⁴² ABRANCHES, Sérgio Henrique. Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-nacional-da-industria-cni>. Acesso em: 10 jan. 2022.

⁴³ DINIZ, Eli. Ação política dos empresários. In: FIGUEIREDO, Ney Lima (Org.). *Empresariado brasileiro: política, economia e sociedade*. São Paulo: Editora de Cultura, 2009, p. 104-106

de seu peso político no âmbito nacional, o que no conjunto restabeleceu alguma capacidade de orientar e congregar os difusos interesses dos empresários em torno de temáticas de relevância ao segmento industrial.⁴⁴

De acordo com Faria (2016), a respeito da atuação da CNI, a prioridade torna-se a questão do desenvolvimento científico e tecnológico e da produtividade, diante do quadro de dependência tecnológica estrangeira e da necessidade de ampliar a capacidade de concorrência e produtiva nacional, o que oportunizou instalação de centros de pesquisa, em estreitamento de relações com instituições estrangeiras, por meio do SENAI, que passa a oferecer serviços técnicos e tecnológicos remunerados, o que reposicionou a CNI enquanto ator institucional com condição de oferecer soluções para intervir no processo produtivo. A autonomia financeira e administrativa, em especial do Sesi e do SENAI, também amplia-se, possibilitando investimentos em programas próprios para o desenvolvimento da indústria nacional.⁴⁵

No contexto da ditadura militar, em que o protagonismo e intervencionismo estatal no setor produtivo consolida-se, fundamentado em um pensamento desenvolvimentista com ênfase no setor público, o Estado atua como um agente empreendedor, inclusive em concorrência com empreendimentos privados. Somado a esse aspecto, a centralização decisória do governo militar limita as reivindicações do empresariado, tais como maior autonomia da iniciativa privada em sua atuação política e decisória (tanto em relação ao uso do orçamento quanto na intenção de fomentar um ambiente de articulação de interesses entre os diversos segmentos da indústria), além de maior participação junto ao Estado, e das demandas por maior acesso a investimentos e incentivos, ou pela redução da carga tributária e da presença do Estado na economia.⁴⁶

Desse modo, segundo Faria, por exemplo, a própria formulação de políticas e as estratégias de investimento, a priorização setorial e definição dos tipos de subsídios, e restrições impostas à importação e incentivos à exportação, o direcionamento dos fundos públicos, são fatores controlados de acordo com as definições do orçamento plurianual e dos planos nacionais de desenvolvimento do governo. Assim, a participação e influência nas decisões estatais permanecem limitadas, cabendo à iniciativa privada em grande medida submeter-se às prioridades estratégicas definidas pelo governo federal. Entretanto, as manifestações de

⁴⁴ FARIA, 2016, p. 283

⁴⁵ Idem, ibidem, p. 284-285

⁴⁶ Idem, ibidem, p. 368-380

insatisfação foram temporariamente minimizadas, dado o quadro de progressivo crescimento produtivo experimentado pela indústria a partir de 1968.⁴⁷

Em síntese, a bibliografia considerada aqui aponta que o lugar no cenário político que ocupava a Confederação Nacional da Indústria no ano de 1968 foi precedido de um período de progressivo esvaziamento de sua capacidade representativa, dado o quadro político e econômico do país e as modificações internas da entidade. A cisão entre as associações em torno de pautas da conjuntura do país, somado ao distanciamento da área decisória direta da política econômica governamental, fizeram com que a posição de hegemonia da representação dos interesses da classe empresarial sofresse oscilações. A emergência crescente de federações e centros industriais, além de associações ligadas a setores específicos da economia, que passaram a agir em torno de pautas setoriais ou regionais, também prejudicou a força que um projeto de alcance nacional, a ser defendido e orientado pela CNI, poderia ter no cenário político e econômico.

O novo impulso ao desenvolvimento iniciado pela retomada do crescimento econômico do país diante das consequências da política econômica dos governos de Castello Branco e de Costa e Silva ofereceu um novo horizonte de intervenção para os representantes do empresariado industrial articulados na CNI. A percepção de um período de transição já no ano de 1968, após a crise iniciada em 1962 e as reformas da chamada “Revolução de 1964”, era gestada no contexto interno da Confederação de tentativa de recuperação de sua legitimidade enquanto agente capaz de exercer pressão por pautas unitárias e também de representação de interesses distintos sob uma perspectiva de alcance nacional.

⁴⁷ Faria, 2016, p. 370-375

CAPÍTULO 2

2.1 Periódicos como fonte de pesquisa histórica:

Pretendemos, neste capítulo, abordar os aspectos metodológicos que envolvem a utilização dos periódicos como fonte de pesquisa histórica, identificar a revista da CNI *Indústria e Produtividade*, e realizar um mapeamento dos primeiros 8 volumes desta publicação, referentes a 1968, ano de sua inauguração. Assim, explicitar, a partir da sua estrutura e dos conteúdos que a compõem, os principais segmentos temáticos que compunham esse projeto editorial construído pela entidade representativa do empresariado industrial a nível nacional, em sua agenda de atuação e reivindicação no período da ditadura militar.

Segundo Tânia Regina de Luca (2005), a utilização da imprensa como objeto da pesquisa adquire maior centralidade no ambiente acadêmico brasileiro especialmente a partir da década de 1970, em que a historiografia passa a incorporar novos problemas, abordagens e objetos, criticando uma perspectiva que hierarquizava qualitativamente os documentos que deveriam receber atenção do pesquisador, e ampliando o universo de questões nas quais a imprensa periódica poderia servir como fonte privilegiada. Desde então, uma série de trabalhos com diversas temáticas sobre setores da vida social, questões políticas, articulação e disseminação de ideias, ideologias, discursos, representações culturais, dentre outras possibilidades, a partir desse tipo de fonte passam a compor e ampliar o quadro da pesquisa em história.⁴⁸

Conforme apontam Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007), trata-se de uma questão central enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, de modo a problematizar suas articulações ao movimento histórico geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do processo de constituição, de construção, de consolidação e de reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, assim como das lutas por hegemonia nos diferentes momentos históricos do capitalismo. Essa perspectiva implica perceber como

⁴⁸ LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153

princípio norteador e ponto de partida da pesquisa essas articulações mais amplas com a história do capitalismo.⁴⁹

Dessa forma, segundo essas autoras, os diversos materiais da imprensa, como jornais, revistas, panfletos, não devem ser vistos como veículos impressos prontos, produzidos com a finalidade de se tornar objeto de pesquisa de cientistas posteriormente. Sua transformação em fonte histórica a partir da operação de escolha e seleção do historiador pressupõe seu tratamento teórico e metodológico, entendendo-a como linguagem constitutiva do social, detentora de historicidade, exigindo desvendar as relações imprensa/sociedade e os movimentos que as articulam. Assim:

A própria configuração do que hoje entendemos como um jornal, ou uma revista, um gibi, uma revista semanal noticiosa, um jornal da imprensa sindical são elas mesmas produto da experimentação e da criação social e histórica. Nesse processo de configuração dos veículos, seus conteúdos e formas, as convenções sobre como deve ser feito e o que deve conter um determinado jornal ou revista são negociados social e culturalmente, num espaço de um diálogo conflituoso sobre o *fazer imprensa* a cada momento histórico.⁵⁰

Nesse sentido, faz-se necessário compreender o período histórico e os sujeitos e instituições envolvidos no processo de constituição do material periódico em suas contradições. De acordo com Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, citadas por Luca (2007), a escolha de um jornal pode justificar-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social, não constituindo um veículo de informações neutras ou imparciais, dissociado da realidade político-social na qual está inserido.

De acordo com o que afirma Pedro Henrique P. Campos (2018), a partir da perspectiva de Gramsci no estudo da relação entre empreiteiras e a imprensa de massa durante a ditadura militar, o periódico pode desempenhar a função de um aparelho privado de hegemonia, ao generalizar um interesse particular e suas concepções de mundo enquanto interesse coletivo para o público que atinge, buscando muitas vezes conformar consensos sociais em torno de ideias, projetos e bandeiras historicamente determinadas. Existindo, assim, interesse nesse tipo de veículo na difusão de ideias, valores, e no seu uso como mecanismo político de pressão junto às agências ou instâncias do aparelho estatal.⁵¹

⁴⁹ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/projetohistoria/series/series3.html>. Acesso em: 02 fev. 2022

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 259

⁵¹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empreiteiros e imprensa: a atuação dos empresários da construção pesada junto aos veículos de comunicação antes e durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1988). *Rev. Hist., São*

Essas perspectivas são relevantes para este trabalho, pois, para observar a revista da CNI, ainda que tratando-se de um veículo institucional e não de alcance de massa, faz-se necessário colocar em perspectiva os focos de interesses e os propósitos de construção de determinados discursos para atingir o público leitor que consome essas publicações. Seus conteúdos compartilham demandas e interesses em meio a uma disputa de projetos para o país, diante das variáveis conjunturais específicas durante o momento de consolidação da ditadura militar e dos rearranjos da política econômica que interferem diretamente na vida da classe industrial.

A pesquisa de Paulo Raphael P. Feldhues (2014), a respeito do lugar do Nordeste brasileiro no pensamento desenvolvimentista formulado pelos quadros da CNI, tendo como uma de suas fontes a Revista *Desenvolvimento & Conjuntura*, entre 1957 e 1964, período anterior ao golpe, acrescenta noções pertinentes para compreender melhor o periódico que vamos abordar. Segundo esse autor, as frentes de atuação e estratégia da CNI definiram-se naquele período, primeiro, em torno do Poder Legislativo federal, próximo aos centros decisórios do setor público e de representantes do interesse industrial que pudessem influir sobre a política nacional e, segundo, por meio de ação paralela diante da opinião pública, em que a CNI buscou assegurar seu lugar no debate sobre desenvolvimento econômico através da ideologia privatista, com o intuito de angariar apoio de outros grupos políticos e legitimar a investida política em favor dos interesses industriais. Compreendendo a força que a opinião pública pode assumir, os grupos de interesse mobilizam investimentos diversos para essa finalidade, visando obter respaldo para a causa que defendem.⁵²

Dessa forma, o periódico mensal *Desenvolvimento & Conjuntura* foi o principal instrumento de inserção da CNI no espaço público, diante do conjunto dos interesses da Confederação, cumprindo o papel de criar um espaço de divulgação do pensamento econômico da corrente privatista no debate nacional, e de oferecer análises econômicas de utilidade ao empreendedor, “incentivos seletivos” oferecidos aos leitores, para além do conteúdo referente à ação política da entidade.⁵³

Assim, o periódico forjou um espaço de diálogo que legitimava seu discurso e proposições, veiculado juntamente a pronunciamentos e análises de figuras representantes do

Paulo, n. 177, 2018, p. 1-22

⁵² FELDHUES, 2014, p. 75

⁵³ Idem, ibidem, 2014, p. 76-80

governo, intelectuais, e autoridades econômicas. Nesse sentido, deve-se observar essa revista inserida em um mercado de ideias econômicas disputadas com outras publicações, e na realidade concreta social e política, em que a entidade buscava representar um grande grupo (os industriais) e seus interesses individuais, e que se apresentava como uma vanguarda no pensamento econômico capaz de marcar posição, divulgar ideias, mobilizar o grupo em torno de algumas pautas no oferecimento de análises e informações especializadas sobre a economia. Assim, o periódico buscou acompanhar e orientar esse debate naquele contexto, em que seu projeto era reafirmado e atualizado nas páginas da revista.⁵⁴

Partindo desses apontamentos, é necessário observar, de acordo com os procedimentos metodológicos levantados por Ana Luiza Martins (2003) no uso da revista como fonte de pesquisa, a segmentação do periódico e os elementos que o compõem e norteiam, visando identificar o público alvo a qual se dirige, quais são os valores, interesses e a dinâmica que preside a produção e a circulação deste material. A autora chama atenção para não se limitar apenas à análise do discurso das publicações, ou selecionar avulsamente parágrafos dos textos desalinhadas de seus contextos, exigindo do pesquisador o exercício permanente da crítica do documento, o que torna imprescindível o cotejo de suas partes, a contextualização e decodificação do material, dos discursos e ilustrações.⁵⁵

Dessa forma, a leitura e identificação do periódico (título, datas de publicação, periodicidade, origem, proposta e materialidade da publicação), do projeto gráfico, a respeito de qual a organização e distribuição dos conteúdos nas diversas seções no interior do material, do projeto editorial, verificando quais as campanhas e posições políticas defendidas explicitamente, as intervenções na agenda pública, e os sujeitos sociais, espaços e temas que são priorizados, devem ser considerados dimensões simultâneas e articuladas no periódico analisado.⁵⁶ Feitas essas considerações, passaremos no próximo tópico para apresentação da Revista da CNI: *Indústria e Produtividade*.

⁵⁴ FELDHUES, 2014, p. 15-22.

⁵⁵ MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História*, São Paulo, n. 22, 2003, p. 59-79

⁵⁶ CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 261-267

2.2 A Revista *Indústria e Produtividade*:

Dentre as fontes disponíveis para se investigar a atuação e os posicionamentos das entidades empresariais e industriais no Brasil, além de boletins informativos, cartas, atas de encontros, de conferências ou de plenárias abertas, e relatórios, podemos recorrer também a publicações periódicas, como é o caso de revistas da CNI, intituladas *Revista Econômica e Estudos Econômicos* (1950-1954), *Desenvolvimento e Conjuntura* (1957-1968)⁵⁷, *Síntese da Indústria* (1966-1967), e *Indústria e Produtividade* (1968-1992), dentre outras. Ao longo da trajetória da CNI, a veiculação desses materiais, cada um com sua especificidade de acordo com a conjuntura e a dinâmica que assumia a entidade, assumiu diferentes papéis na divulgação de defesas e debates importantes em cada período por meio de seus Conselhos e Departamentos internos.

Abordaremos neste trabalho os 8 primeiros volumes da Revista *Indústria e Produtividade*, referentes ao ano de 1968, quando ocorre sua inauguração. Apresentada como a revista das entidades industriais brasileiras - o SESI (Serviço Social da Indústria), o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e a CNI -, é descrita como resultado da fusão dos outros dois órgãos oficiais de divulgação anteriores (*Desenvolvimento e Conjuntura* e *Síntese da Indústria*).⁵⁸ De circulação nacional e internacional, a revista era editada e publicada com periodicidade mensal pelo Serviço de Relações Públicas da CNI.

O editor responsável pela publicação era o jornalista e membro da Academia Cearense de Letras Nertan Macedo, e o restante do corpo editorial era composto e dividido em Editorias Setoriais da seguinte forma: Econômico (Ernesto Jorge Street); Jurídico (Antônio Horácio Pereira); Desenvolvimento (João Paulo de Almeida Magalhães); Produtividade (Manoel Orlando Ferreira); SESI (Antônio de Lara Ribas); SENAI (Ítalo Bologna); Redação (Eliseu Álvares Pujol, Santo Denadai, Juvenal Osório Gomes, Jorge Furtado, José Ribamar Martins Castelo Branco, Gardênia Garcia, Nélio Pinheiro, Ivone Sperândio, Ítalo Ramos, Amauri Seara, Carlos Alberto de Almeida Castro); Chefe de Reportagem (Carlos Alberto Wanderley); Circulação (Vicente Nogueira); Assessoria Artística (Amilde Pedrosa, ou “Appé”); Fotografia (César Pompeu e Romildo dos Santos); Correspondente nos EUA (João Oliveira Santos).

⁵⁷ LEOPOLDI, 2000, 265

⁵⁸ CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 0, p. 13, maio 1968

As intencionalidades da publicação são apresentadas logo no texto que dá início ao volume nº 0. Assinado por Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto, o artigo intitulado *Novos tempos, novas técnicas* discute, após um breve balanço sobre o atual estado na Indústria - em seus desafios postos diante de uma nova fase de expansão econômica - o papel a ser cumprido pelo novo veículo, dentro do que chama de “espírito de renovação” para o país: apresentar os principais problemas econômicos da atualidade brasileira e divulgar técnicas modernas de melhoria da produtividade e dos métodos de administração. Além disso, destaca que: “a indústria utilizará êsse seu novo veículo de informações para *apresentar ao govêrno* seus problemas e suas legítimas reivindicações, de modo que se criem as condições exógenas necessárias ao êxito da nova etapa de desenvolvimento do país.”⁵⁹

Um outro aspecto é enfatizado já na ocasião da posse legal da nova diretoria da CNI, em 14 de outubro de 1968, em que Pompeu Netto, ao realizar um balanço de atividades da CNI desde 1967 (quando substitui o General Edmundo de Macedo Soares e Silva na presidência da entidade), afirma a respeito da revista: “[...] deverá representar, antes de tudo, o pensamento oficial da Casa e, conseqüentemente, da Indústria Nacional.”⁶⁰ Dessa forma, o novo formato é visto como uma melhoria em relação ao conteúdo da revista anterior (Desenvolvimento e Conjuntura), caracterizada como excessivamente técnica, o que restringia o público a um reduzido número de leitores e especialistas, ao mesmo tempo que possuía maior número de artigos assinados que por vezes conflitavam com os interesses e diretrizes da Indústria.

Tratando-se de uma revista de caráter institucional, e também com conteúdo técnico e científico, o público leitor atingido que consome essas publicações é mais restrito. Voltada principalmente para o meio empresarial, tanto em suas representações associativas quanto no campo político, para setores da administração pública, e interessados na área da economia e campos semelhantes, encontramos veiculados nas páginas da revista menções de jornalistas, de publicações das federações industriais estaduais e, especialmente e com maior destaque e recorrência, de parlamentares e membros do governo anunciando recebimento e manifestando elogios ou exaltando a qualidade da publicação.⁶¹

⁵⁹ NOVOS tempos, novas técnicas. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 0, p. 3, maio 1968. Grifos nossos.

⁶⁰ BALANÇO das atividades da CNI perante o conselho de representantes. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 6, p. 12-13, novembro 1968.

⁶¹ ASSEMBLEIA Legislativa do Paraná aplaude ‘Indústria e Produtividade’. Rio de Janeiro: *Indústria e Produtividade*, Ano 1, nº 4, p. 14 set. 1968; Membros do Congresso Nacional cumprimentam a CNI pela publicação de ‘Indústria e Produtividade’. *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 6, p. 18, nov. 1968.

O formato dos textos varia entre matérias de cunho jornalístico, artigos de opinião, editoriais, reportagens, notícias, transcrição de discursos e de conferências, entrevistas, artigos científicos, resenhas de livros e charges. A leitura dos artigos se orientou em organizar uma amostragem temática dos assuntos tratados ao longo dos 8 volumes. Os textos foram contabilizados e categorizados em no mínimo um dos seguintes blocos: 1) Discursos de Lideranças da CNI (34 textos), em sua maioria do presidente da CNI, em encontros de industriais, celebrações, inaugurações de empreendimentos, homenagens, ou comunicados oficiais e em comissões parlamentares; 2) Participação de Ministros do Governo (16 textos), em entrevistas e textos autorais a respeito das pautas ministeriais e diretrizes anunciadas pelo governo federal; 3) Teoria e Conjuntura Econômica (78), em que aglutinam avaliações do momento econômico em setores específicos da economia, debates sobre produtividade, crescimento demográfico, tecnologias e pesquisa industrial, produtividade, bancos, capital nacional e estrangeiro, crédito e investimentos, política monetária, política industrial, política fiscal, e reforma tributária; 4) Notícias e artigos sobre trajetória da CNI, SESI e SENAI (63), que envolvem posicionamentos e comunicados oficiais, inauguração de empreendimentos, divulgação de cursos, pareceres de pautas legislativas, e balanços da atuação recente; 5) Nordeste/Amazônia (17), em que foram abordados principalmente balanços da SUDENE, os impactos dos investimentos e políticas federais de incentivos ao desenvolvimento regional, a ação dos bancos estaduais e do Banco do Nordeste do Brasil.

Há também os artigos de: 6) Editorial de Produtividade (8 textos), sobre pequenas e médias empresas, produtividade industrial, balanços da SUDENE, educação e desenvolvimento econômico; 7) Editorial de Desenvolvimento (32 textos), onde constam resenhas e indicações de livros, análises dos programas de governo, e balanços setoriais da economia; 8) Federações Industriais (13 textos), abordando iniciativas estaduais de apoio à indústria e cerimônias de posse das diretorias; 9) Educação e Reforma Universitária (14), a respeito dos encontros entre empresariado e universidade, e o documento oficial sobre a reforma universitária; 10) Informes gerais e documentação do Centro Nacional de Produtividade (CENPI) (30 textos), envolvendo divulgação de cursos e conferências, de projetos empresariais, de assistência técnica e indicação de documentação e bibliografia; 11) Encontros/Homenagens/Festividades (23); 12) Recepção da Revista (8), em que constam comentários e opiniões de personalidades destacadas sobre a revista da CNI.

Dentre as ilustrações da revista, que envolvem de modo geral temas ligados ao “mundo dos negócios” e da fábrica, em tom bem humorado, dentre as charges que podemos destacar,

inserimos aqui uma assinada pelo artista plástico e cartunista Amilde Pedrosa, ou “Appe”, e responsável pela assessoria artística da revista:

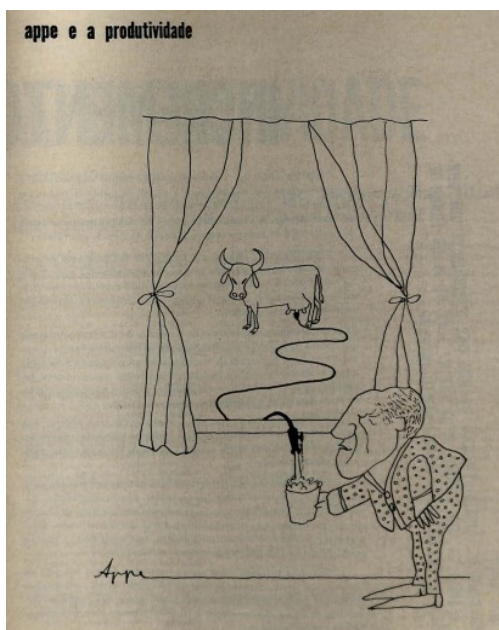


Figura 1: Appe e a Produtividade. *Indústria e Produtividade*, Ano 1, nº 0, p.4, maio 1968

Partindo dessas colocações, podemos refletir a intenção da CNI em se valer desse espaço de comunicação criado a partir da veiculação da revista para publicizar seus posicionamentos, apresentados de modo geral enquanto portadores dos interesses da indústria nacional em seu conjunto. A declaração do presidente da entidade evidencia a preocupação em definir o periódico como fonte segura não apenas de análises de conjuntura da economia brasileira, e de divulgação das ferramentas necessárias ao empenho em prol do desenvolvimento, como na melhoria da produtividade e das técnicas de administração, mas também do adequado diagnóstico do momento atual, à altura dos desafios do tempo presente.

A divulgação de discursos de lideranças empresariais em eventos, celebrações, e pronunciamentos oficiais, ao lado de trabalhos técnicos sobre especificidades da economia, vista como transitória no contexto das reformas e planejamentos de política econômica, compõem um quadro em que a entidade busca fortalecer sua própria posição. Dessa forma, almeja ocupar o papel de porta-voz das demandas coletivas do segmento industrial, ao mesmo tempo que busca exercer convencimento, ou o que podemos caracterizar criação de determinados consensos, a partir da apresentação daquelas pautas e posicionamentos urgentes

que mais atenderiam aos interesses dos industriais, na construção de uma interpretação de conjunto sobre os problemas e alternativas para o país.

Pretendemos apresentar o mapeamento temático da revista oficial da CNI de acordo com elementos centrais que articulam a composição do material e a sua segmentação interna. A elaboração deste levantamento orientou-se em priorizar os pronunciamentos das lideranças mais destacadas, os artigos das Editorias de Desenvolvimento e de Produtividade e pelos jornalistas/economistas associados aos departamentos da entidade e da redação do periódico, tornando possível identificar temas gerais de interesse, reivindicações fundamentais, e intencionalidades na publicação de conteúdos específicos. Consideramos também os pronunciamentos e entrevistas feitos com Ministros do governo Costa e Silva e textos de representantes de instituições públicas, por oferecerem uma referência no que diz respeito aos termos e concepções em que eram abordados e noticiados as realizações do governo federal, e resultados de medidas que afetaram os rumos da economia do país.

O mapeamento foi dividido em 3 partes: 1) apresentar qual era a perspectiva de desenvolvimento, o lugar da discussão sobre Produtividade, e qual o papel que a CNI poderia assumir dentro desse contexto; 2) explicitar qual era a interpretação do momento atual da economia, nos problemas e perspectivas para a indústria brasileira, e destacar quais as pautas, debates e segmentos setoriais receberam maior atenção no conjunto de textos publicados; 3) o lugar que o SENAI e o SESI ocupava nesse cenário.

2.2.1 A Produtividade e o desenvolvimento brasileiro:

O próprio nome que leva a revista da CNI é expressão de um dos temas mais intensamente discutidos pelos industriais na década de 1960 em diante a respeito das condições impostas para o ingresso do país em uma nova fase de desenvolvimento econômico: a *produtividade*. Essa questão está diretamente associada às exigências de uma política de desenvolvimento industrial, em que os lugares assumidos pelo setor privado nacional e pelo Estado nessa dinâmica, no quadro atual da economia brasileira, demandavam modificações na perspectiva de ambos os segmentos.

Por meio dos pronunciamentos do presidente da CNI e de outras lideranças, e de artigos assinados por economistas e pelas Editorias de Produtividade e de Desenvolvimento, nos

orientaremos em expor qual o diagnóstico da economia do país, e quais as linhas gerais e tarefas a serem assumidas pelo empresariado nacional foram veiculadas no periódico. Assim, poderemos refletir sobre a relevância e destaque que esse tipo de conteúdo recebeu nos volumes mapeados.

Os discursos de Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto nos evidenciam em quais termos era defendida e propagada o que podemos demarcar como uma avaliação própria da entidade acerca da situação presente do país e da classe empresarial da indústria. Em todos os volumes da revista selecionados há a transcrição de discursos de Brasil Netto, realizados em encontros com representantes industriais, em assembleias legislativas, e em homenagens a lideranças do setor e em festividades ligadas à trajetória da Confederação.

Em celebração ocorrida no dia 12 de agosto de 1968 no auditório Roberto Simonsen, que contou com a presença de senadores, empresários, jornalistas e funcionários das entidades empresariais, na ocasião dos 30 anos da CNI, Netto sintetiza quais os focos da ação para atual conjuntura: “Dentro da opção pelo regime de livre empresa, o único compatível com a preservação dos ideais democráticos, a reconstrução econômica do País deverá assentar-se no trinômio: *desestatização - produtividade - educação*.”⁶² Buscaremos aqui explicitar o que foi dito a respeito desses três eixos ao longo das edições publicadas.

Segundo Netto, ainda no mesmo pronunciamento, os índices de pressão do setor público na economia do país cresceram de forma surpreendente nos últimos 20 anos, ocupando parcela cada vez maior nas despesas e exercendo participação crescente na formação bruta de capital fixo do país, passando de 28% em 1947/1956, para 45% em 1957/1964, chegando em 65% em 1965/1968. Esse processo se explicaria qualitativamente, pois a industrialização demandava serviços governamentais e ampliação de estrutura e investimentos a serem fornecidos pelo Estado. Porém, pontua que quantitativamente ocorreu um exagero, o que fez o Brasil estar entre os países com mais altos índices de estatização do mundo ocidental.

Assim, a contrapartida dessa expansão e hipertrofia estatal foi a progressiva debilitação da empresa privada nacional, que passou a receber parcelas cada vez menores de investimentos e a se tornar bastante dependente de empréstimos, e sobrecarregada pelo pagamento de impostos sobre lucros ilusórios rapidamente alterados pela inflação, conduzindo a um processo

⁶² FESTA dos 30 anos da Confederação Nacional da Indústria. *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 4, set. 1968, p. 97. Grifos nossos

de perda do capital de giro próprio e obsolescência tecnológica de parcelas significativas do setor privado. A defesa da desestatização, portanto, não seria apenas uma exigência política ou ideológica, mas sim condição necessária para eficiência produtiva e desenvolvimento equilibrado do país.

Em outro evento, em celebração ao início das atividades da nova diretoria da CNI, Brasil Netto, em consonância com o que é reconhecido no Programa Estratégico do governo Costa e Silva, do qual trataremos melhor adiante, assinala os pontos centrais para uma política de desenvolvimento⁶³ que expressariam os interesses da indústria brasileira: “o fortalecimento da indústria privada, a melhoria da produtividade industrial, e a criação dos recursos humanos indispensáveis à complementação do acréscimo do capital físico.”⁶⁴

Nesse raciocínio, a economia do país exigiria, portanto, uma política industrial mais refinada, que desse conta de superar os limites do modelo de crescimento via substituição de exportações, que já demonstrava sinais de esgotamento no início da década, em favor da criação de estímulos ao investimento privado por meio do crescimento do mercado interno e da ampliação das oportunidades de exportação. A defesa de Netto era de que o caminho das nações pelo desenvolvimento econômico impunha-se, sobretudo, pelo processo tecnológico, o que exige da indústria nacional que assuma a posição de liderança, a partir da compreensão de que os problemas da industrialização não mais possuem caráter particular, mas sim a dimensão dos interesses nacionais.

Nesse sentido, o presidente da CNI afirma que os desequilíbrios distributivos, que tiveram como consequência a excessiva transferência de renda de diversos setores da economia para o Estado e ao mercado financeiro, em um contexto de aumento da pressão do setor público, e de descapitalização das empresas, causada pela falta de flexibilidade das taxas de juros em comparação com o declínio da inflação após 1964, o que fez elevar os ônus financeiros nas operações de créditos, precisavam ser corrigidos como condição básica para o fortalecimento da empresa privada nacional, resgatando sua lucratividade e capacidade de investimento.⁶⁵

⁶³ Esse discurso foi tema do Editorial do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, na edição do dia 20/10/1968, e de um artigo no *Correio da Manhã*, na sessão especializada em assunto da indústria na edição do dia 24/10/1968. Ambas as matérias foram transcritas e divulgadas na revista da CNI. *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 6, novembro de 1968, p. 58-59

⁶⁴ PRESIDENTE da CNI assinala pontos centrais da política de desenvolvimento. *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 6, novembro de 1968, p. 4-9

⁶⁵ MENSAGEM da CNI no dia da Indústria. *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 2, julho de 1968, p. 72-73

Assim, as exigências de uma nova fase de crescimento apontam como caminho para a política industrial o aprimoramento qualitativo através da melhoria da *produtividade*:

Processo que envolve essencialmente duas componentes. Uma de *ordem tecnológica*, representada por um reequipamento industrial que nos permita pagar melhores salários, valorizar a mão-de-obra especializada, beneficiar os consumidores pela baixa de preços relativos, e conquistar os mercados externos. Outra de *ordem administrativa*, representada pela melhoria dos métodos de administração, com aperfeiçoamento das análises de mercado, do planejamento e controle da produção das apurações de custos e dos métodos de decisão empresarial.⁶⁶

Essa perspectiva é complementada por outro discurso de Pompeu Netto a nível dos aspectos orientadores necessários para uma política em favor do desenvolvimentismo e do crescimento a longo prazo, na atual fase de transição em que estava o país, reproduzido em matéria intitulada “Pôrto Alegre foi, durante três dias, capital do empresariado”, referente a um encontro entre os dias 18 e 20 de novembro dos Conselhos Nacionais do SESI e SENAI e de Representantes da CNI, recepcionados na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), para refletir um plano de ação das classes empresariais. A defesa do presidente da CNI reivindicou:

Para levar a cabo esse processo de melhoria de produtividade, quatro condições devem ser conjugadas. Primeiro, *a redução das obrigações fiscais*, que hoje oneram, desmedidamente, os custos industriais e que traduzem o excessivo peso do setor público sobre a economia, inclusive o ônus indireto dos gastos das empresas públicas, os quais hoje sobrecarregam excessivamente o setor privado. Segundo, *o alívio dos custos financeiros*, atualmente bastante sacrificados pela pressão das empresas sobre o mercado de crédito, resultante da escassez de capital de giro e dos altos gastos operacionais do sistema bancário. Terceiro, *o reequipamento das indústrias tradicionais*, cujo ativo fixo se desgastou e desatualizou sem oportunidades de reposição, presa ao regime vigorante há até pouco tempo, sujeito a depreciar os equipamentos e instalações, com base no custo histórico, rapidamente desatualizado pela inflação. E, por último, *a criação de recursos humanos em todos os níveis*, aperfeiçoando, de um lado o operário, como as entidades da classe industrial vem realizando através do SENAI e do SESI, e, de outra parte, induzindo o empresário a racionalizar sua organização e adotar os métodos científicos de decisão em seus processos produtores. Estamos convictos de que a orientação da atual política econômica nos levará a esses quatro requisitos para a melhoria da produtividade.⁶⁷

Essa agenda de reivindicações, que aponta áreas ligadas às pressões exercidas pelo setor público no campo do sistema de tributação e de suas responsabilidades no fornecimento de créditos e subsídios que viabilizem solucionar o problema do obsolescência tecnológica, reduzindo custos, compõem uma proposta de modificação da política de produtividade. Nessa leitura, o tema da formação dos recursos humanos também compete ao setor público, ao passo

⁶⁶ CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 6, p. 8-9, novembro de 1968

⁶⁷ PÓRTO Alegre foi, durante três dias, capital do empresariado. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 7, p. 10-11, dez. 1968. Grifos nossos.

que deixa evidente que as classes industriais já se mostram competentes e detentoras de um modelo inovador e eficiente de treinamento (SESI e SENAI), capaz de oferecer soluções para os problemas da produção industrial.

Nesse sentido, os contornos que essa perspectiva desenvolvimentista, frente ao papel atribuído pela Confederação a si própria enquanto defensora dos interesses globais do país, visto que indica os caminhos para a sustentação do crescimento econômico e em benefício tanto dos empregadores como dos empregados, apresenta-se como porta-voz de reivindicações que são compatíveis com o conjunto de uma política geral de crescimento, e não apenas de demandas que interessam apenas aos industriais brasileiros.⁶⁸

Assim, o chamado para a ação no presente que aparece expresso na fala de Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto baseia-se em uma avaliação otimista da conjuntura econômica do país, em que a produção industrial volta a crescer a partir de fins de 1967, e a tendência de deterioração das expectativas parece se reverter naquele momento, em favor de um regime de confiança e recomposição dos investimentos. Ainda que com críticas a respeito dos impactos da política econômica promovida pelos primeiros 3 anos da “Revolução de 31 de março de 1964”, e dos mecanismos de taxaçaõ tributária e da presença significativa de empresas estatais no país, fica evidenciado nos discursos acima mencionados, uma manifestação de esperança na atuação e nos planejamentos do governo em solucionar os entraves do desenvolvimento.⁶⁹

A última página da notícia que narra o encontro dos representantes da indústria em Porto Alegre é reservada para a transcrição de uma matéria do *Correio da Manhã*, datada em 25/11/1968, escrita pelo jornalista Arnoldo Wald. Após sintetizar os aspectos gerais das apresentações do Conselho, o autor argumenta em favor da importância do conteúdo documentado e trabalhado pelo empresariado nacional, fixando novos marcos de uma nova política de produtividade, o que demonstra em sua visão profunda conscientização da classe pelos problemas econômicos do país. Debate esse, enfatizado pelo autor, do qual o governo não poderá se omitir, posto que depende da mobilização das autoridades governamentais, e também das universidades públicas, atender ao chamado de cooperação feito pelo empresariado brasileiro para o desenvolvimento da sociedade industrial.⁷⁰

⁶⁸ CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 6, p. 4-9, novembro de 1968

⁶⁹ CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 7, p. 10, dez. 1968

⁷⁰ WALD, Arnoldo. Uma política de produtividade. Transcrito do *Correio da Manhã* (25/11/1968). *Indústria e Produtividade*, Ano 1, nº 7, dez. 1968, p. 12

Como já exposto, a avaliação dos desafios da retomada do crescimento esbarra no tema da formação dos chamados recursos humanos, do investimento em educação e no progresso tecnológico, pensados como fatores essenciais para qualquer nação atingir o desenvolvimento. No evento de inauguração de um Centro Social do SESI, Netto enfatiza essa dimensão, inclusive como forma de dar continuidade ao “esforço pioneiro iniciado pelos idealizadores das entidades nacionais da indústria”, como Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi:

A lição que nos foi legada pelos idealizadores da CNI, do SESI e do SENAI tem sido através do tempo, a diretriz que orienta tôda a ação das três entidades da Indústria brasileira, a qual, em boa hora, compreendeu que nenhum país poderá libertar-se do subdesenvolvimento, crescer e progredir, se não preparar o homem, cívica, intelectual, técnica, moral e socialmente, para as grandes tarefas da construção da riqueza. Com efeito, nenhum homem é apenas testemunha. Mas participante, ativo e indispensável, no planejamento dos processos desenvolvimentistas.⁷¹

Essa preparação é vista nos termos da adaptação para o mercado, no avanço da formação de quadros técnicos e na força de trabalho qualificada, capazes de ultrapassar os limites impostos pela condição de nação mais atrasada na corrida tecnológica. O problema do sistema educacional, da oferta e da capacidade de absorção de mão de obra pelos setores produtivos, em um país que passa por um substantivo aumento demográfico, são elementos dos quais a Indústria por meio de suas entidades representativas busca refletir e contribuir com sua ação.

Perspectiva semelhante é apresentada pelo Ministro da Indústria e Comércio, e ex-presidente da CNI, general Edmundo de Macedo Soares e Silva, em entrevista concedida à Gardênia Garcia⁷², que sustenta a pesquisa tecnológica e sua adaptação às condições dos fatores de produção do país como fatores necessários para se pensar a produtividade. Assim, a preparação da mão de obra e da pesquisa voltada para a assimilação da tecnologia existente e da criação de novas, assumem centralidade para acelerar os resultados.

Para Soares, a educação precisa ser considerada como o investimento mais produtivo para o desenvolvimento, como maneira de melhor formar quadros administrativos, adequar a infra-estrutura educacional e os serviços públicos, e a possibilitar a superação do atraso tecnológico e científico. Aspectos esses que demandam da mentalidade empresarial, e de seu espírito renovador, interesse em destinar maiores recursos à pesquisa industrial, mas também

⁷¹ SESI inaugura em Taguatinga Centro Social Modêlo. *Indústria e Produtividade*, Ano 1, nº 4, set. 1968, p. 29-30

⁷² GARCIA, Gardênia. Macedo Soares situa a indústria em uma nova etapa do desenvolvimento. *Indústria e Produtividade*, Ano 1, Nº 4, setembro 1968, p. 12-14

do Governo em estimular e oferecer incentivos para a implantação de programas de pesquisas e de desenvolvimento nacional.

A compreensão do processo educativo voltado para o desenvolvimento, na concepção da CNI, envolvia um diálogo mais profundo e conexão com a estrutura de ensino, especialmente a Universitária, em que a classe empresarial apresentava-se como capaz de contribuir a partir de uma maior integração. Os primeiros destaques para essa iniciativa aparecem no anúncio dos Encontros Empresariado-Universidade.

O primeiro encontro noticiado ocorreu no dia 2 de julho de 1968, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em “almoço informal” no Iate Clube da cidade, reunindo diretores da CNI e das federações industriais, empresários de vários ramos, jornalistas, e economistas, além do reitor Moniz Aragão e vice-reitores, que responderam às perguntas dos presentes. As indagações, segundo informado na matéria, envolviam a expansão das universidades federais e particulares, participação dos órgãos de classe da indústria nos conselhos de administração das faculdades, oferecimento de estágios aos estudantes, vestibulares e matrículas, ou seja, temas que pudessem definir objetivos comuns à Indústria e às instituições de ensino universitário.⁷³ O segundo encontro, mencionado mais brevemente ocorreu uma semana depois, dia 9 de julho, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, cujo resultado dos encontros são anunciados como subsídio para apresentar uma posição do empresariado face ao problema universitário.⁷⁴ O terceiro encontro ocorreu na Universidade do Estado da Guanabara.⁷⁵

O posicionamento oficial da CNI sobre as fórmulas de participação da indústria brasileira na Reforma Universitária é apresentado em documento entregue por uma comitiva formada por Thomás Pompeu Netto, José Ignácio Caldeira Versiani (Presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado da Guanabara - FIEGA), Jorge Bhering de Mattos industrial da FIEGA, e o professor Faria Góis, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em um encontro realizado no Ministério do Planejamento com o secretário-geral João Paulo dos Reis

⁷³ PRIMEIRO encontro Universidade-Indústria. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 2, jul. 1968, p. 99

⁷⁴ EMPRESARIADO-UNIVERSIDADE. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 3, ago. 1968, p. 28

⁷⁵ O EMPRESARIADO e a universidade. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 3, ago. 1968, p. 109

Veloso. A transcrição desse documento é publicada na revista, junto com estudos que serviram de subsídio para o texto final e a repercussão dele em outros órgãos de imprensa.

As definidas “modalidades de cooperação da indústria nas universidades” são listadas da seguinte forma: 1) participação efetiva nos Conselhos universitários e conselhos Estadual e Federal de Educação; 2) cooperar em programas de pesquisas científicas e tecnológicas; 3) promoção de estágios e pesquisas e concessão de bolsas de estudo; 4) colaborar com pesquisas de mão de obra, com objetivo de acompanhar evolução da demanda de trabalhadores de nível superior, e informar universidades de modificações nas tendências de curto a longo prazo, e servir de elo de ligação entre demanda (indústria) e oferta (universidades); 5) concessão de bolsas de estudo e aperfeiçoamento para estudantes, professores e administradores com apoio financeiro de empresas e das entidades representativas; 6) doação ou promoção de contribuição de caráter financeiro direto, ou indireto via incentivos fiscais; 7) cooperação financeira com objetivo de manter ou ampliar cursos de interesses das empresas; 8) promoção de cursos em forma cooperativa; 9) promoção de cursos ou escolas vinculadas entre as instituições, ou centros de pesquisas das indústrias dentro dos campus universitários; 10) mediante acordo, empresas poderão utilizar corpo docente como consultores; 11) promover utilização por parte das empresas de serviços de laboratórios e equipes universitárias em análises e pesquisas; 12) instituição de um fundo de complementação para contrato de gerentes que possam atender às necessidades de modernização da administração universitária.⁷⁶

Uma das sugestões que constavam no documento para aplicação das propostas era a de que existisse a possibilidade do Presidente da República definir, no período de transição da reforma, administradores para assumir o comando de Universidades para implantar as medidas aprovadas. O texto argumenta a relação íntima e permanente entre o campo da pesquisa e o processo produtivo, o que faz a indústria “serva da ciência e de suas aplicações práticas”⁷⁷, ao passo que o modo de organização da empresa industrial teria muito o que oferecer na dinamização dos estudos científicos e tecnológicos voltados para as demandas da modernização no tempo presente.⁷⁸

⁷⁶ REFORMA Universitária: CNI revela ao govêrno como a indústria pode participar. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 4, p. 54-71;75, set. 1968

⁷⁷ CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 4, p. 54, set. 1968

⁷⁸ O destaque que esses eventos e o documento elaborado pela CNI receberam na imprensa são veiculados na edição de nº 4, referente ao mês de outubro, apresentando a repercussão nos noticiários e a transcrição dos textos de jornais como O Globo, 27/07/68; ‘Jornal do Commercio’, 27/07; ‘Correio da Manhã’, 28/07; ‘Última Hora’, 27/07; ‘Diário de Notícias’, 02/08. Ver Encontro Universidade-Indústria e a opinião da imprensa. *Indústria e*

O anúncio da criação do Instituto Euvaldo Lodi é feito como resultado dos encontros e seminários feitos pela CNI com as universidades brasileiras, constituindo-se como uma associação civil não lucrativa, de natureza privada, e destinada a integrar a Indústria com o ensino, com vista a formar uma mentalidade conjunta “empresa-universidade como norma básica do desenvolvimento nacional”⁷⁹. Pretendendo suprir as demandas estudantis e da juventude, descrita como desamparada por maiores perspectivas profissionais no momento de conclusão de seus cursos, as empresas almejam, por meio de contato mais estreito com a formação profissional para as atividades produtivas, proporcionar bolsas de estudo, e estágios para contribuir com o conhecimento da realidade econômica do país e na orientação dos estudos desses profissionais.

Partindo do conteúdo dessas proposições do documento da CNI e a maneira como se apresenta os mecanismos por meio dos quais poderiam contribuir com a reforma, fica bastante explicitado o sentido de instrumentalização do aparato e estrutura da universidade por parte das exigências do mercado, em proposições como a do investimento interessado financeiramente em cursos específicos, da presença e intervenção nos conselhos decisórios das instituições de educação, da inserção empresarial no próprio espaço universitário, e da proposta de adaptação da gestão universitária desde uma concepção que atenda às exigências do processo modernizante e industrial.

Podemos perceber que uma característica marcante das declarações expostas até aqui é que elas têm como ênfase, de modo geral, apresentar uma avaliação do conjunto da economia brasileira, e propor soluções, medidas abrangentes e condições para uma política econômica que permitisse alavancar novamente o processo produtivo por meio do aperfeiçoamento da produtividade via várias formas de intervenção. Mas além disso, a revista também propõe-se a publicar pesquisas específicas sobre os problemas setoriais da economia, além de divulgar instrumentos analíticos e métodos de administração e organização racional do processo produtivo.

Dessa maneira, a questão da produtividade é tratada sob diversas abordagens. A nível propriamente teórico e conceitual, como no artigo do economista e ex-Ministro da Fazenda

Produtividade, Ano 1, nº 4, p. 76-79;85, set. 1968

⁷⁹ CNI: órgão para integrar universidade e indústria: Instituto Euvaldo Lodi. *CNI Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 6, p. 10, nov. 1968

(1954-1955) Eugênio Gudín⁸⁰, que a define enquanto problema predominantemente técnico, atravessado por variáveis econômicas, que interferem na forma como ela é medida e compreendida, visto que seu estudo envolve todos e cada um dos fatores produtivos em sua disponibilidade e escassez: matérias-primas, recursos energéticos, capital, trabalho humano, maquinaria, dentre outros elementos. Tendo em vista essas relações, o índice fundamental da produtividade diz respeito à quantidade de produto por unidade de trabalho, e o melhoramento generalizado desse índice, englobando a cadeia produtiva, traduz-se em melhor utilização do trabalho humano, e na melhoria do padrão de vida da população.

A contribuição de Aristides Pileggi, Diretor do Departamento de Produtividade da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, veio no sentido de definir produtividade enquanto uma conjugação de esforços entre empregador, empregado, governo e universidade, para o desenvolvimento de uma empresa ou região, adquirindo um sentido não apenas técnico, mas ético, visto que seus resultados positivos abrangem toda a comunidade. Assim, as técnicas de organização científica e racional do trabalho convertem-se em baixa nos custos e tempo de produção da mercadoria, melhora dos salários e consumo dos operários, elevação dos lucros do empresário, criação de empregos, e aumento da arrecadação pública.⁸¹

Há também abordagens práticas e técnicas, no que diz respeito a divulgação de cursos voltados para maior qualificação de projetos, de assistência técnica e de documentação de empreendimentos industriais, além de discussões sobre fórmulas matemáticas para medir a produtividade, a lucratividade, os processos tecnológicos e os riscos calculados em investimentos em empresas de determinado setor, além de análises voltadas para segmentos específicos da indústria e da agricultura.

Esse tipo de conteúdo aparece principalmente na seção *Caderno de Produtividade*, sob responsabilidade do economista Manoel Orlando Ferreira, que assina os textos "Carta do Editor" no caderno. Os artigos editoriais, que abrem essa seção, envolveram análises sobre educação para o desenvolvimento, tecnologias, problemas da indústria têxtil e das pequenas e médias empresas, e planejamentos governamentais.

⁸⁰ GUDIN, Eugênio. O que é produtividade. *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 4, p. 36-49; 73-75, set. 1968

⁸¹ PILEGGI, Aristides. Duas palavras sobre produtividade. *CNI Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 0, p. 44-45, maio 1968

O primeiro texto de Orlando Ferreira enfatiza o esforço da produtividade como uma combinação das componentes materiais e humanas. A mensagem principal a ser transmitida ao empresariado brasileiro na ocasião do lançamento da revista da CNI é, para o editor de produtividade, precisamente da educação como alicerce fundamental para o desenvolvimento, convertendo o conhecimento em bens e serviços que melhorem os padrões da vida humana, o que permite aos países desenvolvidos uma economia de fato do bem estar, e aos subdesenvolvidos atingir padrões de conforto cada vez mais elevados. Aqui, a iniciativa privada que vigora nas Universidades dos Estados Unidos são tomadas como exemplo.⁸² Essa dimensão deve ser bem entendida pelos empregadores, segundo Ferreira, pois o aperfeiçoamento da força de trabalho precisa levar em conta “a integridade moral dos trabalhadores”, tendo em vista que o fortalecimento geral da economia, e o esforço diversificado gera frutos a serem repartidos entre patrão e empregado.⁸³

Posto isso, o foco de Orlando Ferreira para os problemas específicos da economia brasileira, como é o da indústria têxtil por exemplo, que recebeu significativo destaque no periódico, pretende chamar atenção dos leitores industriais brasileiros. A menção de Ferreira às contribuições do economista norte americano Erich F. A. Paul, administrador do projeto têxtil USAID-CNI-CENPI em âmbito nacional, que em série de 3 artigos referentes a Conferências realizadas no Centro Nacional de Produtividade na Indústria (CENPI) em novembro de 1967, também publicados na revista nos meses de maio, junho e julho de 1968⁸⁴, centraliza um dos temas cuja importância social não permite, na avaliação do Editor de produtividade, que sejam deixados em segundo plano. Tarefa essa de enfrentar os problemas desse setor cuja responsabilidade recai, primeiro, na iniciativa privada, força “motora de combate à miséria”, ainda que não deva ser subestimado o papel do setor público.⁸⁵

A produção têxtil enfrentava diversos problemas, dentre eles o obsolescência da maquinaria, o baixo aproveitamento operacional das fábricas e administração ineficiente, em que dos 130 mil teares existentes no país, apenas 30 mil eram automáticos, muitos deles

⁸² FERREIRA, Manoel Orlando. Carta do Editor de Produtividade. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 0, p. 36, maio 1968

⁸³ FERREIRA, Manoel Orlando. Carta do Editor de Produtividade. CNI *Indústria e Produtividade*, Ano 1, nº 1, p. 44, jun. 1968

⁸⁴ PAUL, Erich F. A. Panorama e alternativas da Indústria Têxtil Brasileira Parte I. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 0, p. 38-43, maio 1968a; Panorama e alternativas da Indústria Têxtil Brasileira Parte II. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 1, p. 48-49, jun. 1968b; Panorama e alternativas da Indústria Têxtil Brasileira Parte I. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 2, p. 46-49, jul. 1968c;

⁸⁵ FERREIRA, Manoel Orlando. Carta do Editor de Produtividade. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 4, p. 35, set. 1968

organizados de modo que operavam em média a 65% a 75% de sua eficiência quando o adequado seria 85%, em um quadro de estagnação entre 1960 e 1967, e queda da produção per capita de tecidos. Diante do aumento da população, e da necessidade não só do Brasil, mas de outros países em desenvolvimento de suprir alimentos, moradia, e vestimentas, princípios elencados pelo presidente dos Estados Unidos na criação da Aliança para o Progresso, conforme salienta Erich Paul, a indústria têxtil nacional assume a finalidade última de suprir tecidos para a população brasileira, fator essencial ao processo de modernização.⁸⁶

Condição semelhante de baixo aproveitamento e de novos desafios apresentados para o suprimento nacional estava a produção agrícola brasileira, examinada por José Bonifácio Coutinho Nogueira, ex-secretário de agricultura do Estado de São Paulo e ex-membro do Conselho Nacional da Economia. Consolidar uma agricultura plenamente integrada na sociedade industrial exige, para o autor, que ela seja vista como criadora de riquezas assim como a indústria. A solução chave para adequar a produção agrícola, que se expandia no país naquele período muito mais pelo aumento das terras cultiváveis do que o melhor aproveitamento do plantio existente, reside em alavancar a produtividade, que é antes de tudo, um problema de educação, dado o quadro escasso de agrônomos, engenheiros, e trabalhadores qualificados, mas também ligada à política agrária no seu conjunto, em fatores como investimentos e financiamentos, seleção de sementes e fertilizantes, e a mecanização.⁸⁷

Diante desse conjunto de proposições, podemos observar nos pronunciamentos das lideranças da CNI, especialmente do presidente Brasil Netto, a intenção de gerar uma conscientização das responsabilidades do empresariado brasileiro a partir de uma agenda ação, mobilizada desde de uma perspectiva baseada nos interesses classe empresarial a respeito do caminho mais adequado para o processo de desenvolvimento do país.

Enquanto associação representativa de classe a nível nacional, essa instituição projeta-se como responsável e agente capaz de instruir e intervir em várias dimensões da sociedade, sejam elas no próprio processo produtivo das empresas, nas diretrizes da política econômica, na integração nacional e no sistema educacional do país, na qualificação técnica de mão de obra e no ensino de tipo superior/universitário. Projeção essa sustentada na avaliação que a CNI faz

⁸⁶ CNI *Indústria e Produtividade*, Ano 1, nº 0, p. 38-43, maio 1968

⁸⁷ NOGUEIRA, José Bonifácio Coutinho. Introdução ao estudo da Produtividade na Agricultura Brasileira. CNI *Indústria e Produtividade*, Ano 1, nº 3, p. 46-66, ago. 1968

da atual situação da economia brasileira, e do seu próprio papel enquanto entidade aglutinadora da Indústria nacional como um todo.

Desse modo, a tentativa de materialização de parte desses esforços em favor das mudanças de ordem política, econômica, tecnológica e administrativa mencionadas é observável nas páginas da revista. A divulgação dos chamados métodos modernos de organização racional do trabalho, dos pronunciamentos no campo do debate de ideias econômicas diante do governo e de outras instituições ligadas à indústria, de análises e pesquisas setoriais de problemas específicos da cadeia produtiva nacional buscam qualificar a intervenção da entidade nas relações que estabelece publicamente.

2.2.2 Problemas e perspectivas para a indústria brasileira:

A marcha dos negócios em meados do ano de 1968 começava a mostrar um ritmo promissor para os empresários. Após uma série de falsos prognósticos otimistas, ao que parecia, não restava indícios ou fatos ponderáveis que tornassem possível dizer que a economia brasileira não estivesse diante de uma *retomada* do desenvolvimento econômico. Após 12 meses ininterruptos dessa reanimação, desde maio/junho de 1967, iniciava-se novamente um processo cumulativo e auto-sustentado de expansão, apoiado em estímulos expansionistas propagados de setor a setor por meio do aumento da procura real da indústria, e da elevação dos consumidores em função do crescimento do nível de emprego. Foram nesses termos que a Editoria de Desenvolvimento da Revista *Indústria e Produtividade*, ainda no mês de julho de 1968, expressava as perspectivas da economia do país.⁸⁸

O Ministro da Fazenda Delfim Neto, na mesma edição da revista em matéria anunciada na capa, declarava em entrevista à jornalista Ivone Sperandio: “o Brasil está vencendo a batalha da inflação.” Diante do quadro em que a espiral inflacionária, que trouxe tantos impactos negativos para o processo econômico, e mesmo as medidas tomadas para sanar o problema, dentro de uma estratégia de combate gradual, passaram por recessões nos anos de 1965, fins de 1966 e início do ano de 1967, Neto assinala: “A estabilização econômica do Brasil não tem data

⁸⁸ EDITORIA de Desenvolvimento. A recuperação da indústria no primeiro semestre. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 2, p. 88-90, jul. 1968

marcada; de fato estamos caminhando para ela, não num imediatismo de um ano, mas para os próximos dois ou três anos.”⁸⁹

Ainda no volume referente ao mês de julho, em matéria sobre a comemoração dos 40 anos da CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), Delfim Neto anunciou os 5 principais objetivos da política econômica e financeira planejada para o país: manter elevado nível de empregos e utilização da capacidade instalada; ampliação crescente do mercado à disposição das empresas; manter a inflação em limites toleráveis e em declínio constante; reduzir disparidades individuais, geográficas e setoriais de renda; e por fim, manter as condições de equilíbrio da balança de pagamentos.⁹⁰

Já no mês de dezembro, a nível de balanço, os índices apresentados pelo Governo expressavam a expansão econômica ininterrupta de 18 meses, provocando crescimento de 67,6% na oferta de emprego, consumo recorde de energia elétrica na indústria paulista, acréscimo de vendas na indústria em 20,4% nos eletrodomésticos, no setor da indústria houve aumento de 50% do aço em lingotes, 16,7% no cimento, e 16,3% na borracha em relação ao ano de 1967. Além disso, houve elevação na produção de veículos, principalmente tratores médios (18,4%) e tratores pesados (138,6%). A previsão era a de que o ano fechasse com o crescimento na ordem de 6 a 7%, e com aumento da produção industrial entre 11 e 12%. As exportações aumentaram na ordem de 13% (principalmente café, açúcar e manufaturados) e as importações em 20% (matérias-primas, produtos químicos, máquinas e veículos), indicando um pequeno déficit na balança comercial. A inflação apresentava tendência à desaceleração, apesar da alteração dos custos de vida, e o governo anunciava que não agravaria o endividamento externo para manter o orçamento elaborado para o ano seguinte.⁹¹

Daremos prioridade nesta parte do mapeamento da revista aos artigos publicados pela Editoria de Desenvolvimento, para as entrevistas e pronunciamentos feitos com Ministros do governo Costa e Silva, e aos textos assinados por economistas e por representantes de instituições públicas sobre assuntos ligados à conjuntura econômica do país, especialmente aqueles que foram anunciados nas capas dos volumes. Dessa forma, será possível observar de

⁸⁹ SPERANDIO, Ivone. Delfim: O Brasil está vencendo a batalha da inflação. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 2, p. 5, jul. 1968

⁹⁰ O CIESP comemora 40 anos de luta. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 2, p. 92-93, jul. 1968

⁹¹ BALANÇO Econômico do Brasil. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 6, p. 52-55, nov. 1968

que maneira o conjunto desses artigos oferecem um panorama dos problemas e perspectivas para a indústria brasileira para o ano de 1968 vistos pela CNI e seus representantes, economistas e jornalistas associados.

É por meio das palavras de Hélio Beltrão, na época Ministro do Planejamento, que são sintetizados os conceitos entendidos por ele como fundamentais à identificação da opinião pública do que seria o interesse nacional, perspectiva incorporada na política econômica elaborada a partir do Programa Estratégico do Governo.⁹² As linhas mestras que orientam esses objetivos são abordadas nos seguintes termos: a aceleração do desenvolvimento e a expansão da produção de bens e serviços vistas como propósito primordial, feito à serviço do homem e do progresso social, tendo como condição primeira para esse fim o controle da inflação. Esse esforço deveria ser assumido e confiado ao povo brasileiro, sem depender da eventual generosidade ou ajuda de estrangeiros.

A defesa do Ministro reforça a afirmação de que a soberania e independência econômica do país dependem da expansão do mercado interno, o que ofereceria o respaldo necessário para as políticas de emprego e absorção de mão de obra, progresso tecnológico e manutenção do ritmo de crescimento econômico. Assim, ressalta uma política agressiva de exportação dos produtos brasileiros a preços competitivos, acompanhados de uma política industrial que proteja mercados em favor da capacidade já instalada no país.

O lugar a ser assegurado ao empresário nacional é apresentado em sua necessidade de garantia da existência e do crescimento da indústria do país. Essa posição não implicaria adotar uma postura que exclui ou hostiliza a empresa estrangeira:

O empresário nacional não deve ficar exposto, sem proteção adequada, ao incomparavelmente maior poder de competição das grandes empresas internacionais, que dispõem de amplos recursos de capital fixo e de giro, economia de escala, organização e tecnologia superiores, frequentemente funcionando em regime oligopolítico.⁹³

Beltrão assinala a importância do auxílio à modernização desse empresariado, via regularização e concessão de incentivos fiscais, financiamentos para projetos de reorganização, especialização ou fusão de empresas, visando o aumento da eficiência e a não ampliação das desigualdades de competição.

⁹² BELTRÃO, Hélio. Desenvolvimento, mercado interno e indústria nacional. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 3, p. 20-21, ago. 1968

⁹³ Idem. CNI *Indústria e Produtividade*, Ano 1, nº 3, p. 21, ago 1968

O debate acerca de quais os mecanismos a serem adotados para fortalecer o capital e a empresa privada de origem nacional foi amplamente mencionado. Nos pronunciamentos governamentais e das lideranças das federações industriais, esse posicionamento veio acompanhado de uma postura que frisava a importância de não tomar uma postura agressiva ou contrária ao papel que o capital estrangeiro poderia cumprir no país. Esse assunto foi melhor aprofundado em uma série de 3 textos anunciados em capa da revista, compostos pelos depoimentos publicados na íntegra prestados pelo engenheiro e diretor-secretário da CNI Fernando Fagundes Netto, pelo Ministro e General Edmundo de Macedo Soares e Silva, e pelo economista Mário Henrique Simonsen, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, que examinou o grau de desnacionalização da economia brasileira.

Fagundes Netto assinala a existência do fenômeno da penetração de grupos estrangeiros na economia nacional e, ainda que esse processo não assumia marcas tão precisas no momento, ele se faz perceber na aquisição do controle de empresas e no predomínio em ramos de atividades específicas, possibilitado pela instalação de fábricas com melhor tecnologia, maiores recursos financeiros e longa experiência, tolhendo o crescimento dos concorrentes nacionais. Além disso, a aplicação prática tomada pelas Autoridades Monetárias brasileiras, como a Instrução 113 e a Instrução 289 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), acabaram por oferecer proteção e vantagens ao capital estrangeiro ao facilitar a importação de equipamentos sem cobertura cambial e de empréstimos, e agravando a fraqueza dos grupos brasileiros. É com a Resolução nº 63 do Banco Central, apenas em 1967, que as empresas passam a ter condições semelhantes de obtenção de recursos externos.

No entanto, para o autor, o significado desse processo de inserção do capital estrangeiro não deve ser tomado por negativo, dado o efeito positivo que os recursos estrangeiros assumem para elevação das taxas de investimento, aumento da capacidade de importar e pela contribuição tecnológica, dada as insuficiências das nações menos avançadas em sua capacidade de poupança interna e de produção técnica e de tecnologia. Nesse sentido, a solução adequada:

(...) consiste, de um lado, aceitar a entrada de empresas estrangeiras e, de outro, dar aos empresários locais o apoio necessário para que possam concorrer em igualdade de condições com grupos mais experimentados e de maiores recursos. Se tal procedimento fôr adotado de forma adequada e com a intensidade necessária, os capitais estrangeiros poderão colaborar com o nosso desenvolvimento, sem com isso assumirem o controle ou condenarem à estagnação as empresas locais.⁹⁴

⁹⁴ NETTO, Fernando Fagundes. Imaginação também é capital. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 1, p. 27, jun. 1968

Assim, as sugestões do diretor da CNI para uma política de desenvolvimento que permita uma concorrência produtiva e sem choques entre o empresariado nacional e o estrangeiro instalado no país consistem em medidas como vantagens fiscais, cambiais e financeiras; apoio financeiro a grupos nacionais participantes de indústrias mistas; estímulo à união de empresas nacionais com objetivo de elevação de produtividade; facilidades à compra de empresas por grupos nacionais e criação de uma tecnologia propriamente brasileira, aspecto esse que a CNI se apresenta aberta à contribuir com esforços nessa direção, ao passo que sublinha a questão do crescente peso do setor público e da estatização como fator de preocupação.

A intervenção de Edmundo de Macedo Soares e Silva, baseada em levantamento e controle da participação e exercício de Sociedades Estrangeiras em atividades comerciais e industriais no Brasil feito pelo Departamento Nacional do Registro do Comércio, ligado ao Ministério da Indústria e do Comércio, argumenta no sentido de mostrar que, embora reconhecendo a existência de problemas setoriais, não há dados estatísticos que comprovem índices de desnacionalização da indústria brasileira como um todo.⁹⁵

Para Soares e Silva, o problema central reside na preparação para o crescimento, visto que na medida em que o país adquire significativo grau de desenvolvimento, altera-se a característica da contribuição do capital estrangeiro, tendendo a um papel mais qualitativo no que diz respeito ao suprimento de tecnologia avançada e de experiência e organização. Inclusive, o problema da continuidade da expansão econômica de países como o Brasil está na dependência do acesso às novas tecnologias.

Até o momento, o acesso a recursos externos teria cumprido importante papel no desenvolvimento econômico, viabilizando realização de obras públicas de infraestrutura, formação técnica e aperfeiçoamento da produção industrial. Soares também destaca a intenção do governo em estabelecer um clima de seriedade e confiança mútua para solucionar os princípios de convivência entre capital estrangeiro e nacional. O caminho indicado deveria ser pela política econômica interna, ao criar mecanismos que canalizem recursos financeiros nacionais e estrangeiros através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e de seus fundos voltados para o setor privado do país, além de fortalecer o mercado nacional de capitais e a estrutura financeira das empresas, a partir de medidas como redução gradativa

⁹⁵ SILVA, Edmundo de Macedo Soares. *CNI Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 1, p. 30-33, jun. 1968

dos ônus tributários sobre letras de câmbio, redução da carga tributária sobre as ações, estímulos aos Fundos de Investimentos, e ampliação das áreas das financeiras.

A contribuição de Mário Henrique Simonsen também descarta a possibilidade de desnacionalização no quadro geral da economia. Sua proposta metodológica parte da necessidade de medir a participação dos capitais estrangeiros em setores específicos da economia, a fim de avaliar as tendências dessa participação. Dois problemas são enfatizados: o tema da desnacionalização de apenas alguns setores específicos pela compra de empresas privadas nacionais por grupos estrangeiros, e, o que seria mais grave, a nacionalização de empresas estrangeiras feita via órgãos públicos nacionais. O problema global mais relevante para o Brasil seria, portanto, não o da desnacionalização, mas sim a crescente estatização e o consequente esvaziamento do setor privado nacional, já enfraquecido no país pela explosão inflacionária do período 1961-1964 e pelo aumento do peso do setor público na economia.⁹⁶

Para Simonsen, a solução negativa para essa questão seria restringir a entrada dos capitais estrangeiros. A solução positiva seria fortalecer a empresa privada nacional via: autolimitação do setor público, acesso a crédito internacional e aumento da oferta de crédito, correção monetária dos balanços e suprimir tributação dos lucros chamados ilusórios, além de incentivo a pesquisas e o estímulo à associatividade de empresários, dentre outras medidas.

Pelas páginas da revista também é possível acompanhar uma série de medidas e propostas de reformas que partem do governo com intuito de reordenar as engrenagens de funcionamento do sistema financeiro nacional, dos mercados de capitais, e da tributação e impostos. Temas estes abordados principalmente pelos membros da redação, onde as especificidades de cada momento podem ser identificadas.

Por exemplo, o tema da discussão e proposta de reformulação por parte das financeiras do Decreto-Lei 157 foi abordado por Carlos Alberto Wanderley (Chefe de redação da revista). O decreto visava instituição de um sistema de incentivos fiscais à compra de ações, por meio do qual pessoas físicas e jurídicas poderiam deduzir entre 10% e 5% de seu imposto de renda para adquirir ações de empresas, fortalecendo este mercado no país, e criando um ambiente favorável às negociações de títulos de empresas industriais. A preocupação das financeiras residia naquele período em evitar distorções e estimular operações de empréstimo de longo

⁹⁶ SIMONSEN, Mario Henrique. Fortalecer a Empresa Nacional para resistir ao confronto. *CNI Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 1, p. 23-25, jun. 1968

prazo, a partir do aumento do número de investidores que adquirem títulos em prazos também maiores, pautas de interesse das empresas industriais, conforme destaca o autor da matéria.⁹⁷

A inserção no debate por meio de órgãos consultivos sobre os mecanismos de controle de preços a serem adotados pelo governo também podem ser localizados. A matéria de junho de 1968 de Ivone Sperandio apresenta os resultados de estudo feito pelo Grupo de Trabalho designado pelo Presidente da República e coordenado pelo Ministério do Planejamento, e que contou com a participação de representantes do empresariado nacional, das Confederações Nacionais da Indústria, da Agricultura, e do Comércio. A proposta inicial residia em um novo sistema estabilizador de preços que concretizasse sua liberação progressiva, sem asfixias à iniciativa privada e mais compatível com uma economia em regime de mercado, e que possibilitasse a manutenção de um diálogo mais estreito entre empresários e governo, e que focalizasse os fatores dos custos de produção em relação ao preço final a fim de não prejudicar setores específicos.⁹⁸

Já em outubro, Nélio Pinheiro apresentou a implementação de um novo sistema, o Conselho Interministerial de Preços (CIP), que apresentava flexibilizações frente ao modelo antigo, de liberalização dos preços, com exceção daqueles que influenciam diretamente em custos gerais e de vida. Além disso, atuava em favor do estabelecimento de um diálogo permanente com os setores industriais, comerciais e de serviços, e a possibilidade de observar peculiaridades específicas, com intuito de compatibilizar a evolução dos preços das mercadorias e a variação dos custos, diante das variações do mercado.⁹⁹

Em nova matéria de Nélio Pinheiro, em dezembro, o CIP é definido em sua ação de estabelecer uma “liberdade vigiada” dos preços, como forma de combate à inflação, ação essa descrita como feito conjunto entre as classes produtoras e o governo para disciplinar e coordenar os órgãos governamentais no controle dos preços. O estabelecimento desse mecanismo é visto como uma possibilidade de encontrar um denominador comum entre setor privado e governo na contenção do processo inflacionário, assim como criar um campo de contato em que a indústria possa oferecer uma assessoria segura sobre o assunto, ao mesmo tempo em que essa

⁹⁷ WANDERLEY, Carlos Alberto. O que ganhou a indústria com o Decreto Lei 157. *CNI Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 6, p. 50-51, nov. 1968

⁹⁸ SPERANDIO, Ivone. Governo acompanhará os preços através dos custos de produção. *CNI Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 1, p. 93, jun. 1968

⁹⁹ PINHEIRO, Nélio. CIP é novo sistema de controle de preços. *CNI Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 5, p. 34-35, out. 1968

representação das classes empresariais seria prestigiada. O órgão também é visto como um precioso auxiliar futuro na elaboração de uma política industrial do país, ao recolher dados e fluxos detalhados sobre matérias primas, produção, e mercados de setores produtivos e de regiões específicas.¹⁰⁰

Outros fatores que envolvem o aprofundamento do debate sobre os caminhos para o empresariado nacional diante das medidas adotadas para o conjunto da economia brasileira podem ser observados nas mediações entre as diretrizes governamentais e os posicionamentos e demandas apresentados na revista por meio da Editoria de Desenvolvimento da CNI.

As matérias assinadas por essa Editoria possuem um repertório temático abrangente, no sentido de oferecerem balanços técnicos e teóricos dos planos governamentais, e as perspectivas de acordo com os interesses da indústria sobre o problema dos mercados, a retomada do crescimento e a relação com o setor público. Além disso comentários conjunturais sobre os índices econômicos, a carga tributária, a balança de pagamentos e o sistema financeiro do país, e abordagens voltadas para setores específicos como o das indústrias tradicionais, pequenas e médias empresas, construção civil, rede de transportes, evasão de cientistas, e novas tecnologias na agricultura, oferecendo um panorama geral de problemáticas que exigiriam a atenção das camadas do empresariado interessado em cada setor e do poder público.

É relevante destacar primeiro a abordagem feita pela Editoria em matéria de maio de 1968, relativa à mensagem do Poder Executivo encaminhada ao Congresso a respeito do *Orçamento Plurianual de Investimentos* e das *Diretrizes do Governo* (1967), em que foram expressos inicialmente também os objetivos da política econômica e os termos sobre investimentos na execução do *Programa Estratégico de Desenvolvimento* (PED), publicado oficialmente em junho de 1968.¹⁰¹

Com intuito de coordenar em prazos mais longos os investimentos governamentais, há uma tentativa na declaração oficial de caracterizar as estratégias para uma nova etapa de desenvolvimento nacional, que seja capaz de assegurar a auto sustentação desse processo, diante do arrefecimento da expansão industrial baseada na substituição de importações. Nesse sentido, explicitando a consideração do governo a respeito de 1967 como um ano de transição,

¹⁰⁰ PINHEIRO, Nélío. CIP vai manter os preços sob liberdade vigiada. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 7, p. 48-49, dez. 1968

¹⁰¹ EDITORIA de Desenvolvimento. Observações sobre o orçamento plurianual de investimentos. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 0, p. 74-77, maio 1968

e o orçamento plurianual como um instrumento a ser aperfeiçoado, o artigo da Editoria realiza uma descrição detalhada dos diagnósticos existentes no material, assim como do quadro descrito como de debilitamento do setor privado e pressão excessiva do poder público.

De acordo com o que foi sistematizado no artigo, os focos da estratégia a ser adotada consistiam em: consolidação das indústrias de base, aumento da produtividade agrícola e modernização do sistema de abastecimento, fortalecimento da infra-estrutura de energia, transportes e comunicação, e da área social. Assim, sua realização compreendia duas fases: buscar o crescimento do Produto Interno Bruto, primeiro, via absorção da capacidade ociosa e, segundo, via aumento do investimento global. As principais políticas contemplariam estabilidade monetária, manutenção ou redução da carga tributária, contenção ou redução dos preços reais dos insumos básicos da indústria, manutenção em nível adequado de proteção à atividade industrial, e elevação do investimento de uma taxa global de 13,7% em 1968 para 16% em 1970. O total de recursos previstos consistia em 17,5 bilhões de cruzeiros novos distribuídos pelo triênio.

Em outubro, no volume de nº 5, o exame pormenorizado dos objetivos e estratégias principais do PED é publicado pela Editoria de Desenvolvimento em diferentes artigos a respeito de cada segmento: fortalecimento da infra-estrutura, a indústria, a área social da educação, de habitação e de saúde, e a agricultura. Uma abordagem crítica de caráter mais abrangente é feita por João Paulo A. Magalhães, que é o responsável pela Editoria, mas o faz em matéria assinada nominalmente.

A respeito da indústria, por exemplo, frisada a fase de transição contida no processo de desenvolvimento frente a saturação das possibilidades de substituição de importações, são listadas as pretensões formuladas: aproveitar relativamente pequenas possibilidades de substituir importações ainda existentes; reequipar e reorganizar o parque das indústrias tradicionais visando à modernização, permitindo reduzir custos e ampliar o mercado; concentrar investimentos em outras áreas, especialmente no setor público, de modo a propiciar alto nível de atividade econômica e aumento da procura de produtos industriais. Como forma de atenuar fatores que emperrem o desenvolvimento, são propostas 3 frentes de atuação: contenção e redução de custos reais de insumos básicos, desenvolvimento científico e tecnológico, e pesquisa industrial e mineral.

A preocupação com a posição da empresa nacional presente no programa é destacada pelo artigo, que reconhece o objetivo de fortalecimento do setor, dotando-o de condições para

uma ativa participação no programa de industrialização do país. Dessa forma, é destacado que serão asseguradas medidas como: condições de acesso a financiamentos externos, assistência financeira e incentivos em situação de associação a grupos estrangeiros, e apoio financeiro de bancos oficiais em projetos de fusão em setores tradicionais da indústria, de modo a conservar o controle da iniciativa privada brasileira. Medidas essas descritas como possibilidade de dar nova dimensão ao empresário brasileiro, e manter no país, e não no exterior, o centro de decisões sobre o futuro desenvolvimento:

Como se vê, além de facilitar o acesso do empresário brasileiro ao crédito internacional, pretende-se empreender um amplo plano de modernização da empresa tradicional, geralmente de propriedade de capitais brasileiros e, inclusive, quando fôr o caso de associação de capitais brasileiros com estrangeiros, garantir, através de financiamento, a posição do acionista brasileiro. Ai está um exemplo de como se pode, através da ação positiva, *fortalecer a iniciativa privada nacional sem qualquer medida discriminatória contra o capital estrangeiro*.¹⁰²

As lacunas identificadas no Programa dizem respeito à apresentação insuficiente dos mecanismos de aplicação da política, e também para a ausência de novidades para os problemas de financiamento, que não indicam solução para problemas como a restauração da rentabilidade das empresas, incompatibilidade da taxa de juros com os investimentos de longo prazo, e a presença do Governo no mercado de capitais (Obrigações do Tesouro e Letras Imobiliárias) com papéis em condição de taxa de juros com as quais a empresa privada industrial não consegue competir. Em conclusão, é enfatizado que essas deficiências demandam correção, sob pena de ameaçar o sucesso do programa.

É no texto de João Paulo de Almeida Magalhães que encontramos uma abordagem mais global do significado do PED para aquele momento.¹⁰³ A tese defendida é a de que o programa, ainda que apresentasse um diagnóstico correto da economia, não acertava na política econômica proposta, o que implicou não solucionar a questão da insuficiência de mercado, e expressou a recusa em enfrentar problemas da retomada do desenvolvimento no longo prazo.

O autor parte da seguinte contextualização: ao observar medidas recentes que buscaram sanar o quadro de diminuição do ritmo de crescimento da economia após 1962, tanto o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por Celso Furtado, quanto o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), de Roberto Campos, possuíam grande semelhança. Ambos partiam do mesmo diagnóstico da crise como resultante da rápida e desordenada

¹⁰² EDITORIA de Desenvolvimento. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 5, p. 62, out. 1968

¹⁰³ MAGALHÃES, João Paulo A. Programa estratégico: análise crítica. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 5, p. 84-90, out. 1968. Grifo nosso.

expansão da economia no período anterior a 1961, e propunham como estratégia alternativas também semelhantes para eliminar ou atenuar esses desequilíbrios, salvo exceções como uma maior ênfase na agricultura e previsão de instrumentos de contenção salarial específicos do PAEG.

Segundo Magalhães, o PED divergia precisamente no diagnóstico: o problema essencial residia na inexistência ou insuficiência de mercado, necessário para continuação do desenvolvimento, devido ao esgotamento das possibilidades de expansão do parque manufatureiro nacional em atender as demandas de mercado já existentes no país antes supridas via importação, fato já denunciado inclusive pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). A partir de 1961, portanto, impunha-se a necessidade de criar mercados capazes de absorver os bens a serem produzidos.

Assim, duas explicações, interpretadas como complementares, colocavam-se no debate econômico: a primeira apontava que a lentidão do crescimento do mercado não acompanhou o crescimento do PIB, e tornou-se menor que o tamanho mínimo exigido pela tecnologia moderna para as unidades produtivas, gerando um círculo vicioso em que os limites do mercado e do PIB travavam o crescimento. A segunda explicação aponta a má distribuição da renda produzida no país por região e por classe social. Diante desse quadro, a estratégia apontada pelo PED, correta na concepção de Magalhães, consistia em adotar um programa de blocos de investimentos em setores produtivos, criando exigências de consumo e sanando insuficiências de mercado, e orientar esse desenvolvimento para áreas marginalizadas socialmente.

Porém, para o autor, há um desacordo entre o (correto) diagnóstico e o que é proposto como política econômica, resultando que o programa não conseguiu a solução para o problema do mercado. A crítica sustenta que isso é observável a partir da projeção de crescimento dos setores diretamente produtivos - essencialmente o industrial e o agrícola - a taxas inferiores ao observado no período anterior a 1961, e inclusive inferiores ao previsto para o setor de infraestrutura: a taxa de expansão prevista para a indústria cairia de 9,6% ao ano entre 1950/1961 para 7,2% ao ano entre 1968/1972. A previsão do conjunto Agricultura-Indústria declinou de 7% ao ano antes de 1960 para 6,35% ao ano para 1968/72.

Além disso, a previsão de 47,2% e 32,4% dos investimentos totais voltados para infraestrutura econômica e social, respectivamente, totalizando quase 80%, atesta outro fator: marginalização do setor diretamente produtivo. A aposta do governo se dá por meio de uma política de desenvolvimento voltada para a dinamização da economia através da melhora da

infraestrutura, visando encorajar investimentos, o que é apontada como uma alternativa errada por Magalhães, pois não se torna possível que sejam criados em ritmo correspondente a expansão do setor produtivo capaz de aproveitar o conjunto da estrutura criada. Para o autor, o foco do investimento governamental deveria concentrar-se nos setores que cumprem função dominante na dinamização, ou seja, o setor manufatureiro.

Entretanto, ainda que apontadas as insuficiências e lacunas, Magalhães pondera ao concluir que a decisão tomada pelos planejadores do governo não poderia ser outra, ou seja, a de corrigir os déficits de infra-estrutura econômica e social, enquanto eram definidas as atividades prioritárias e os blocos de investimentos a serem estimulados. E complementa:

(...) a aparente contradição entre o Diagnóstico e a Política contidos no Programa Estratégico resulta de que ele é um plano de transição. As medidas propostas não se destinam a lançar a economia na retomada do desenvolvimento, mas simplesmente a arrancá-la de sua atual estagnação. Na medida em que sejam bem sucedidos terão facilitado a ação posterior destinada a conseguir resultados de longo prazo. O Programa Estratégico declara, expressamente, que o atual triênio deve ser considerado como um período de transição.¹⁰⁴

O artigo se encerra com uma sugestão: a de que o anúncio mais claro da existência de estudos em andamento para determinar quais serão os blocos de investimentos poderia tranquilizar os setores do pensamento técnico brasileiros impacientes com a retomada.

O tema específico da insuficiência do mercado interno foi abordado por Magalhães em outra edição, de número 3, referente ao mês de agosto. A intenção do artigo consiste em debater a “medicação” para este problema, sugerindo um novo modelo de análise, sustentada na substituição da ideia de demanda efetiva de Keynes pela compreensão de *mercado* definida por Rosenstein-Rodan. Aqui o autor preocupa-se em esboçar algumas linhas gerais de uma política de retomada de desenvolvimento para o Brasil da seguinte forma:

As linhas principais de ação devem ser o aumento das exportações e investimentos rentáveis a longo prazo. No sentido de aumentar nossas vendas externas cumpriria realizar um esforço que ultrapassa tudo o que foi tentado até agora. No que se refere às exportações primárias novos mercados deveriam ser procurados e mantidos a todo preço. A proibição de exportações no caso de o mercado interno não estar suficientemente suprido constituir uma prática a ser prontamente abandonada. As exportações manufaturadas devem ser estimuladas, passando a esse respeito por ter importância vital os esquemas regionais de integração. Medidas como a integração planejada dos parques industriais da América Latina devem ser consideradas com toda a seriedade. Um sério esforço de produtividade no setor secundário deve ser empreendido. Ramos industriais onde nossas potencialidades são melhores devem ser amparados de forma especial. Como, a longo prazo, mais exportações exigem mais

¹⁰⁴ MAGALHÃES, João Paulo A. Programa estratégico: análise crítica. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 5, p. 90, out. 1968

importações será necessário aceitar o sacrifício de certos setores de potencialidades notoriamente reduzidos.¹⁰⁵

Magalhães dedica-se nesse artigo a definir os chamados blocos de investimentos, a partir da perspectiva teórica sobre mercado adotada. Um dos aspectos envolve a criação de empresas e de cadeias dessa produção que inicialmente não trazem retorno imediato, e isso é defendido como algo a ser feito pelo Governo, assumindo uma “firme liderança, não só lançando-se em investimentos integrados, como aceitando o superdimensionamento de emprêsas e uma política sistemática de subsídios.”¹⁰⁶ A compreensão desenvolvimentista do autor envolve, portanto, o suporte governamental na formulação integrada da política econômica, facilitada na medida em que seja aplicada no quadro de um esforço que considere o desenvolvimento regional.

A preocupação com o tema da interiorização do progresso e o foco para as regiões brasileiras menos desenvolvidas também fazia parte do horizonte da CNI, em que o crescimento rápido do Brasil em toda a sua extensão territorial deveria ser vista no seu sentido de garantia da própria unidade nacional.¹⁰⁷ O discurso do empenho das lideranças classistas pela emancipação econômica do povo brasileiro atravessava o tema das “regiões problema” do país: o Nordeste brasileiro e a região amazônica.

Completo quase 10 anos da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), as palestras e artigos concentravam-se em boa parte a balanços de seus resultados e na necessidade de reavaliação dos seus esforços.¹⁰⁸ Ainda que tenham sido alcançados resultados importantes, como uma “mudança de mentalidade contra o pessimismo” existente em relação à região, grandes contingentes populacionais ainda estavam à margem do progresso, cujo avanço ainda dependia em grande medida das condições climáticas. Além disso, a concentração industrial em Pernambuco e Bahia, que receberam somados quase 80% do total de investimentos aprovados pela SUDENE, evidencia o desnível muito grande de aplicações nos outros Estados da região.¹⁰⁹

¹⁰⁵ MAGALHÃES, João Paulo A. Programa estratégico: análise crítica. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro, Ano 1, nº 5, p. 103, out. 1968

¹⁰⁶ Idem. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 5, p. 103, out. 1968

¹⁰⁷ NETTO, Thomás Pompeu de Souza Brasil. O CIESP comemora 40 anos de luta. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 2, p. 96, jul. 1968

¹⁰⁸ FERREIRA, Manoel Orlando. Carta do Editor de Produtividade. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 2, p. 36, jul. 1968

¹⁰⁹ BARBOSA, Raul. Um balanço do Nordeste. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 1, p. 103, jun. 1968

O balanço dos feitos recentes atingidos no Nordeste é abordado em tom de êxito, por Rubens Vaz da Costa, presidente do Branco do Nordeste do Brasil S.A., em matéria que reproduz uma exposição feita diante da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, referente ao dia 28/05/1968, em Brasília. Em linhas gerais, a região Nordeste, que atravessou um período de estagnação na década de 1950 e início de 1960, passou a atingir taxas de expansão superiores à média nacional, ainda que não correspondente ao mesmo padrão de crescimento do país, visto que a participação do setor primário na economia se expandiu, enquanto a contribuição da indústria manteve-se inalterada, e o setor terciário reduziu sua participação.¹¹⁰

Nessa leitura, os instrumentos de ação federal como o Banco Nacional do Brasil (BNB) e a SUDENE vêm cumprindo papel dinamizador na iniciativa privada, sendo destacados também os êxitos na arrecadação, e no retorno do investimento financeiro feito na região. Nesse período, o chamado sistema de “artigos 34/14” apresentou resultados importantes, medida essa voltada para fortalecer o mercado de capitais, estimular a iniciativa privada e o crescimento rápido em áreas subdesenvolvidas. Nesse mecanismo, uma parcela do imposto de renda do contribuinte é descontada e depositada no BNB e destinada para financiamentos aprovados pela SUDENE. Uma espécie de “socialismo às avessas” segundo Costa, pois entrega dinheiro devido ao Estado para que o contribuinte possa comprar ações de empresas.¹¹¹

Em síntese, é considerado que a política federal para a região foi plenamente vitoriosa em seus objetivos de reduzir disparidades de renda, de integração nacional, e aumento da oferta de emprego, porém, ainda ocupa a posição de região mais pobre do hemisfério ocidental. A população camponesa aumentou, e a vulnerabilidade ao perigo das secas periódicas também.¹¹²

A região Amazônica não recebeu tanto destaque nos volumes selecionados. A abordagem feita pela Editoria de Desenvolvimento, com destaque na capa, se dá por comentários do I Plano Quinquenal (1967-1971) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em que, em comparação com o restante do território, são listadas o que é compreendido como obstáculos ao desenvolvimento, sendo eles de ordem geográfica, social, econômica e institucional. O problema chave residia precisamente no setor do transporte, dada a amplitude e peculiaridades que envolvem a região, em que mais de 40% dos investimentos

¹¹⁰ COSTA, Rubens Vaz. O BNB e o desenvolvimento do Nordeste. *Indústria e Produtividade*, Ano 1, nº 2, p. 12-18, jul. 1968

¹¹¹ Idem. *Ibidem*, p. 15

¹¹² Idem, *ibidem*, p. 18

totais previstos para o Plano destinam-se à infra-estrutura, voltados principalmente para os transportes.¹¹³

A questão da interiorização do desenvolvimento sob a perspectiva dos militares também foi veiculada pela revista. A ação do Exército brasileiro no programa do governo é apresentada pelo General A. de Lyra Tavares na transcrição de uma Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra (ESG), datada no dia 26 de julho de 1968. O ajustamento administrativo, no contexto de uma nova política orçamentária recomendada pelo governo e pelas diretrizes do Ministério do Planejamento, são abordados no quadro das funções que o exército brasileiro passava a assumir em seu plano de ação.¹¹⁴

O foco do discurso baseia-se no alargamento da *missão fundamental do exército no campo social e cívico*, para além das tarefas tradicionais listadas por Tavares, como na questão da “miscigenação e da aculturação das raças formadoras do povo”, empreendimentos de infra-estrutura, defesa contra calamidades públicas, presença da autoridade governamental, acrescidas pelas demandas na preparação cívica do cidadão e na luta ideológica como imperativo da Segurança Nacional, e do clima de ordem como condição ao trabalho produtivo.

A conjuntura brasileira apresentaria 2 novos fenômenos que levam a essa ampliação da função do quartel: 1) a *interiorização do progresso*; e 2) a nova política do governo Costa e Silva de ênfase prioritária na *valorização do homem brasileiro*:

No seu papel pioneiro e pela sua aptidão própria para superar as soluções de continuidade na circulação das riquezas e na interpenetração das culturas, para o fim da integração do todo nacional, o Exército é chamado a interiorizar os seus quartéis por tais razões mais altas e de grande relevância na Segurança Nacional. Mais do que símbolos vivos da ocupação do território, eles constituem os pontos firmes da armadura de sustentação com base na qual, desde a Independência, a nação coloniza a si mesma, ampliando, progressivamente, a ocupação dos seus próprios espaços, o que implica maior presença dos seus efeitos, pelo aumento, conforme o caso, da sua quantidade ou da sua qualidade.¹¹⁵

Os problemas decorrentes, portanto, da explosão demográfica, dos fluxos migratórios desordenados, dos vazios demográficos que começam a ser ocupados encontram no Exército, na concepção do autor, papel complementar essencial à consolidação da política de povoamento

¹¹³ EDITORIA de Desenvolvimento. Transportes: problema-chave da Amazônia. CNI *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro: Ano 1, nº 4, p. 4-7, set. 1968

¹¹⁴ TAVARES, A. de Lyra. A ação do Exército do programa do governo. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 5, p. 71-75, out. 1968

¹¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 73

e, conseqüentemente, no progresso do país ao passo que auxilia no estreitamento das áreas atrasadas aos benefícios da civilização e do intercâmbio econômico. Dentro da lógica do “binômio desenvolvimento e segurança”, a criação do mercado nacional, da unificação e da vivificação do espaço social do país, decorrem em parte dessa presença do exército, que teria grande capacidade de contribuir com a formação cívica e força de trabalho a serviço do desenvolvimento.

Um outro aspecto importante do texto é a compreensão de que a “área vital do Brasil”, composta pelo quadrilátero Rio, São Paulo, Belo Horizonte e mais recentemente Brasília, atua como propulsora para a interiorização do progresso nacional, sobretudo para o Nordeste e a Amazônia. Tavares enfatiza também que somente no quadro global de uma política de desenvolvimento é que seria possível equacionar os problemas regionais que comprometem o avanço do país tropical, sujeito às complicações de cunho geográfico e imigratório.

O conjunto das problemáticas expostas até aqui evidenciam um quadro bastante complexo do cenário que se construía ao longo do ano de 1968 para as perspectivas da indústria brasileira. Diante de um significativo indício de que uma retomada do crescimento parecia uma realidade, a possibilidade de refletir sobre os problemas do setor industrial em maior prazo apresentava-se para o empresariado e seus representantes, expressando-se na crítica ao peso excessivo do setor público, na defesa de aperfeiçoar os mecanismos de fortalecimento do mercado interno e do mercado de capitais, e os instrumentos de incentivo e suporte ao empresariado nacional, o que implicava também dimensionar o papel a ser cumprido pelo capital estrangeiro.

A tentativa de inserção dos representantes dos empresários nos mecanismos regulatórios e órgãos consultivos e participativos do governo para a definição dos rumos da política econômica e do conjunto da economia se fazia presente na emissão de propostas e análises das diferentes pautas que afetavam a atividade industrial, como os preços, os investimentos e os impostos. O espaço concedido a ministros e a representantes de entidades públicas, como de bancos, também evidencia o impacto que as políticas federais estavam exercendo no país naquele momento, destacados os objetivos fundamentais, e balanços e limites das ações, especialmente nas regiões mais atrasadas do ponto de vista do avanço econômico, como o Nordeste e a região amazônica.

As diretrizes expressas pelos orçamentos e o Programa Estratégico de Desenvolvimento e a compreensão de um momento de transição do ponto de vista econômico e das reformas que

se arremetiam, colocaram à entidade patronal de classe as perspectivas que estavam dentro dos moldes expressos pelo programa. Os limites do diagnóstico e das soluções apresentadas, insuficientes do ponto de vista de sanar o problema do mercado, foram apontados pelos intelectuais que estavam à frente do departamento responsável por emitir posicionamentos econômicos, como João Paulo A. Magalhães, incorporando-se no debate teórico de modo a propor linhas gerais alternativas, mas também reconhecendo a característica transitória a partir da qual o documento governamental apresentava-se.

2.2.3 O lugar do SENAI e do SESI: Educar para o desenvolvimento, harmonizar Capital e Trabalho

“(...) divulgando suas realizações e conquistando a opinião popular para a cientificação de tudo o que as empresas concretizam, humanizando o Capital, dignificando o Trabalho.”¹¹⁶

A frase citada acima, de Gilberto Mendes de Azevedo, presidente do Conselho Nacional do SESI, sintetiza de modo geral o que percebemos enquanto intuito geral expresso pelas matérias destinadas a divulgar os feitos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e do Serviço Social da Indústria (SESI), a partir dos princípios que orientaram sua criação. Pretendemos elencar aqui quais informações e conteúdos foram privilegiados pela revista nas sessões de notícias e artigos sobre as entidades.

A criação do SENAI em 1942, e do SESI, em 1946, representou um marco substantivo na trajetória tanto da Confederação Nacional da Indústria e das federações associadas, quanto no próprio processo de industrialização brasileiro. Os artigos e notícias deram ênfase na explicitação dos propósitos de sua atuação e de seus idealizadores (principalmente Roberto Simonsen), na divulgação de cursos técnicos e formativos, de seminários e eventos, de dados e informações sobre a estrutura de serviços oferecidos, da ampliação de instalações e escolas, e da construção de novos centros sociais, especialmente o de Taguatinga, localizado no Distrito Federal.

É por meio de 2 autores principalmente que o papel de abrangência nacional cumprido pelo SENAI é abordado mais especificamente. O primeiro, Ítalo Bologna - Diretor do

¹¹⁶ Trecho do discurso de Gilberto Mendes de Azevedo na matéria intitulada “Pôrto Alegre foi, durante três dias, capital do empresariado”. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 7, p. 6, dez. 1968.

Departamento Nacional do SENAI - aponta o surgimento da instituição como uma primeira abertura da indústria no sentido do “humanismo técnico”, constituindo um vasto sistema extra-escolar de formação de mão de obra industrial em bases racionais, e obediente aos princípios do método científico. Nesse sentido, atua nos diversos níveis profissionais: aprendizagem de menores de 14 a 18 anos nos centros de formação profissional; prestação de assistência às empresas industriais para menores no próprio emprego; treinamento operacional e aperfeiçoamento de adultos qualificados; formação de técnicos de nível médio e auxiliares em setores da Fiação, Tecelagem, Cerâmica e Curtimento de couros e peles; e aperfeiçoamento de pessoal docente, técnico e administrativo das unidades do SENAI e nas empresas, totalizando 205 unidades de ensino até aquele ano.¹¹⁷

As discussões a respeito do que é o trabalho produtivo, dos meios de compreensão da dinâmica profissionalizante, e da eficiência do fator humano também são sistematizadas. O estudo das categorias profissionais, desde os cargos de direção superior, de técnico industrial, de auxiliar técnico, de agentes de mestria, e dos operários qualificados, semiquualificados e não qualificados é enfatizado por Bologna, que as complementam a partir de uma analogia, elaborada por Roberto Mange (primeiro diretor do SENAI em São Paulo), para compreender o papel de cada categoria na indústria: engenheiro - cérebro idealizador; técnico - cérebro executor; operário qualificado - braço pensante; operário semiquualificado - braço atento; operário braçal - braço anatômico.¹¹⁸

O tema do educar para o desenvolvimento na velocidade com que o progresso econômico avança é abordado por J. Firmiano da Silva. Dentre os debates e estudos sobre o que produz ou influencia a arrancada rumo ao estágio de país desenvolvido, o autor aponta a conclusão de que o problema resume-se na questão de nível educacional, especialmente nos campos científico e tecnológico, e um dado indicativo desse aspecto está presente na porcentagem de investimento da renda nacional nesse setor: entre 4 a 6% nos países desenvolvidos enquanto no Brasil, o número não ultrapassa 2%.

É nesse sentido que a contribuição da iniciativa privada empresarial se insere, sob forma de investimento humano compulsório, (1% para o SENAI, e 1,5% para o SESI, calculados sobre o montante da folha de pagamentos dos empregados), o total de 2,5% como investimento social

¹¹⁷ BOLOGNA, Ítalo. SENAI: instrumento de promoção profissional e desenvolvimento econômico. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 0, p. 16-18, maio 1968

¹¹⁸ Idem. Educação geral e formação profissional: um sistema integrado. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 5, p. 58-59, out. 1968

e educacional, favorecendo um total de 2 milhões de trabalhadores no país. Desse total, 1 milhão foram formados pelo SENAI, o que compunha 50% do total de operários e de outros cargos como supervisores e mestres atualmente empregados na indústria. Tornando-se assim, “uma feliz associação do Estado com o empresariado industrial, através da CNI”¹¹⁹, além de ter adquirido projeção internacional, tanto como inspiração do modelo, quanto em cooperação e intercâmbio com organismos internacionais.¹²⁰

Também entidade de direito privado, os objetivos do Serviço Social da Indústria são situados pelo Coronel Antonio de Lara Ribas, Superintendente Nacional do SESI, no campo da pesquisa no terreno sócio-econômico, com fins de planejar e executar serviços sociais e educacionais em benefício dos trabalhadores da indústria e de seus dependentes e em favor da paz social entre as classes, bem como do aperfeiçoamento moral e cívico. Ribas traça uma linha de continuidade entre a nova política herdada do “movimento renovador” da década de 1930, representado pela liderança de Getúlio Vargas, cujo processo político-revolucionário inaugurou um progressivo desenvolvimento do país, e a criação do SESI insere-se:

(...) entre as mais significativas organizações implantadas pelo seu sentido elevado e nobre, o Serviço Social da Indústria, cujos criadores, às vezes em campos apostos, deram a êle um sentido de esmerado sentimento cristão, em busca da valorização do homem, na pessoa dinâmica do trabalhador da indústria e na dos seus dependentes. E é através dêle que os empresários brasileiros, atentos a grandeza da nação, cooperam com o Govêrno, na órbita educativa e assistencial, para onde devem convergir todos os esforços da comunidade. O Serviço Social da Indústria constitui, sem dúvida alguma, um capítulo sério do concerto das iniciativas privadas e desenvolvimentistas que ocorrem no País. Entidade sui generis, sem paralelo no mundo.¹²¹

O esforço em chamar atenção para as realizações do SESI, no quadro da colaboração com o governo, ao melhorar o bem-estar da comunidade operária da indústria em suas atividades educacionais e assistenciais, e por consequência, da coletividade brasileira, nas palavras de Ribas, fica exposto na divulgação dos dados de alcance dos serviços prestados no ano 1967: como em educação social (599 cursos primários para menores em funcionamento, com 126.047 matrículas; e para adultos, 125 cursos, com 37.126 matriculados); cursos de formação doméstica, totalizando 54.291 alunos para mais de 2.019 cursos; 27.948 competições esportivas, com 325.500 participações; 928 representações de teatro e 9.774 sessões

¹¹⁹ SILVA, J. Firmiano da. Notícias do SENAI: Educar para o desenvolvimento. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 1, p. 96-97, jun. 1968

¹²⁰ Idem. SENAI: 25 anos a serviço do desenvolvimento. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 2, p. 82-83, jul. 1968

¹²¹ RIBAS, Antônio de Lara. A Revolução em marcha e o SESI. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 2, p. 62-63, jul. 1968

cinematográficas, atingindo 2.647.151 pessoas; para além das previsões de novos centros sociais no Amazonas, Sergipe, Goiás, Santa Catarina, Maranhão, Pará e Mato Grosso.¹²²

Dentre os feitos do SESI, obteve importante destaque, desde o primeiro anúncio ainda na sua fase de construção até a festividade que marcou a entrega oficial do empreendimento, a inauguração do Centro Social Presidente Eurico Gaspar Dutra, em Taguatinga, cidade satélite de Brasília no Distrito Federal, onde residia uma das maiores comunidades operárias da região, e sempre mencionado como centro social modelo para o país. O empreendimento do conjunto arquitetônico, em terreno doado pela Prefeitura local, contava com uma ampla estrutura: serviços de saúde médico odontológico, drogaria, atendimento de serviço social, salas de aula, oficina de artesanato, cozinha, biblioteca, auditório, pátio esportivo com quadras, pistas de atletismo, piscinas, e área livre com jardinagem.¹²³



Figura 2: Desenho representativo dos pavimentos assistencial e educacional do Centro Social do SESI em Taguatinga. *Indústria e Produtividade*, Ano 1, nº 1, p. 37, jun. 1968

Em meio às comemorações do 30º aniversário da CNI, realizadas no mês de agosto, ocorreu a solenidade de inauguração do novo centro social. Para além do registro da presença de “altas personalidades” no ato inaugural, como ministros de governo, senadores, juristas, grandes empresários, diretores das federações industriais, a matéria narra o hasteamento da

¹²² RIBAS, Antônio de Lara. A obra nacional do SESI. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 4, p. 86-87, set. 1968

¹²³ Idem. O SESI em Taguatinga. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 1, p. 36-38, jun. 1968

bandeira nacional pelo General Clóvis Bandeira Brasil, Comandante da 11ª Região Militar, enviado como representante do Presidente da República Costa e Silva, e o discurso de General Mário Gomes, presidente da CODEBRAS (Coordenação do Desenvolvimento de Brasília), representando o Marechal Eurico Gaspar Dutra, homenageado da ocasião. Gomes, enfatizando o movimento que originou o SESI, no esforço pioneiro de Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi em criar uma mentalidade que orienta os destinos do empresariado nacional, agradeceu a honraria concedida a Dutra pelo papel cumprido na presidência da República.¹²⁴

As páginas finais da matéria são reservadas ao discurso de Thomás Pompeu Netto. Os valores de harmonia, de paz e de entendimento entre as classes, guias da ação do empresário e do governo, são mais uma vez enfatizados, ao passo que assinala o significado dos clubes/centros sociais do SESI, totalizando 68 em funcionamento, como ambientes que proporcionam a “sadia convivência para os trabalhadores e suas famílias, criando, além de sólidas e fecundas amizades, laços indestrutíveis de compreensão e solidariedade humana. O alcance dos atendimentos também são evidenciados, em que por exemplo, ao longo da última década o SESI atingiu: 90 mil cursos de alfabetização de crianças e adultos, 146 mil sessões cinematográficas, 14 milhões de atendimentos clínicos, 1 milhão e 800 mil atendimentos pediátricos, 1 milhão de serviços jurídicos prestados, para além dos postos de abastecimento que comercializam produtos básicos sem margem de lucro.¹²⁵

O evento também contou com uma exposição de artesanato de arte popular, e com a exibição de apresentações culturais, como danças típicas brasileiras, capoeira, grupos folclóricos do Teatro do Trabalhador de vários Estados, como Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Ceará. Há uma menção breve sobre essas apresentações, e registradas apenas em algumas fotografias com descrições também breves das encenações e da plateia de trabalhadores, ao passo que fotografias das construções e das lideranças da CNI discursando são mais frequentemente fotografadas de modo geral nas matérias.

¹²⁴ SESI inaugura em Taguatinga Centro Social Modelo. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 4, p. 24-30, set. 1968

¹²⁵ Trecho do discurso de Thomás Pompeu Netto. SESI inaugura em Taguatinga Centro Social Modelo. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 4, p. 24-30, set. 1968



Figura 3: “Conjuntos folclóricos entusiasmam público operário”. Fotografias da apresentação de Bumba-Meu-Boi, e de Jangadeiros do Ceará. *Indústria e Produtividade*, Ano 1, nº 4, p. 27, jun. 1968

Ademais, a ampliação da estrutura e a construção de novos centros sociais, como o do Centro Social Gabriel Hermes em Belém do Pará¹²⁶, a inauguração do Conjunto Residencial Roberto Simonsen composto por 178 residências e do Centro Social Euvaldo Lodi em São Luís, Maranhão, como parte do programa do dia da Indústria¹²⁷, dentre outras obras, são tema das sessões de notícias destinadas às realizações da instituição. Além disso, recebeu destaque também os 163 Postos de abastecimento do SESI Regional de São Paulo, mecanismo tido como instrumento para proporcionar melhor aproveitamento salarial do operário, atingiu a marca de 500 mil operários inscritos no serviço, o que implica, segundo a matéria, o suprimento de 2 milhões de pessoas, atingindo a média mensal de volume de vendas de 6 milhões de cruzeiros novos mensais.¹²⁸

¹²⁶ CASTRO, Carlos Almeida. SESI constrói, no Pará, Centro Social. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 4, p. 31, set. 1968

¹²⁷ NOTÍCIAS DO SESI: SESI do Maranhão entrega casas a trabalhadores. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 3, p. 34, ago. 1968

¹²⁸ QUINHENTOS mil operários abastecem-se nos postos do SESI. CNI *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 2, p. 64, jul.. 1968



Figura 4: “A família operária vai às compras”: Quinhentos mil operários abastecem-se nos postos do SESI. *Indústria e Produtividade*. Ano 1, nº 2, p. 64, jul.. 1968



Figura 5: SESI do Maranhão entrega casas a trabalhadores maranhenses, com instalação elétrica. *Indústria e Produtividade*. Ano 1, nº 3, p. 34, ago. 1968

A última edição do ano de 1968 traz o registro da solenidade ocorrida no dia 12 de dezembro de premiação do título de *Operário-Padrão*, evento organizado pelo SESI em parceria com o jornal *O Globo*, concedido nesse momento ao gráfico José Elídio de Souza, da empresa Bloch Editores. As características que se espera deste trabalhador ideal são, nas palavras de Zulfo de Freitas Mallmann em discurso de saudação aos premiados, destacada dedicação, correção na execução das tarefas, e colaboração franca e espontânea para o desenvolvimento da empresa. Distinção essa, mais uma vez, representativa da harmonia e

entendimento entre empregados e empregadores, voltados para o desenvolvimento e progresso nacional.¹²⁹

A celebração contou com dois eventos, o primeiro no auditório Roberto Simonsen, onde ocorreu de fato a premiação, e o discurso das lideranças, e do próprio premiado, cujo trecho da fala foi transcrito na matéria: “o meu reconhecimento pela grandeza desta festa, que bem reflete a grandiosidade desta pátria que é o Brasil. Pelo Brasil darei tudo de mim, até o próprio sangue, em defesa do seu desenvolvimento”, disse João Elídio de Souza. No período da noite, em jantar em uma churrascaria, o resumo sobre os discursos dos representantes presentes se encerra com um trecho da fala de Nertan Macêdo, Chefe do Serviço de Relações Públicas da CNI e de Divulgação do SESI: “Vivemos dias - revelou - em que ninguém mais acredita na palavra milagre, exceto os operários, pois eles são o próprio milagre brasileiro.”¹³⁰



Figura 6: Operário-Padrão 1968. *Indústria e Produtividade*, Ano 1, nº 7, p. 29, dez. 1968

Diante do exposto, algumas linhas gerais podem ser observadas no conjunto de informações destinadas ao SESI e ao SENAI na revista *Indústria e Produtividade*. O primeiro aspecto diz respeito à ênfase na descrição das atividades promovidas em vários Estados do país, desde a construção de empreendimentos nos campos assistenciais e educacionais, até a multiplicação de serviços, assistência em formação de mão de obra, evidenciando a envergadura

¹²⁹ ELEITO Operário-padrão 1968. *Indústria e Produtividade*, Ano 1, nº 7, p. 28-29, dez. 1968

¹³⁰ Idem, *ibidem*, p. 29

nacional que essa estrutura atingia. Os resultados dessas medidas ficaram claros nos significativos índices de matrículas nos cursos, números de centros e escolas de formação, centros sociais e residenciais, premiações e homenagens.

Além disso, o “esforço patriótico”, orientado pelas concepções teóricas dos fundadores dessas entidades, principalmente Simonsen e Lodi, insere-se em um projeto nacional mais amplo, constantemente frisado nos discursos de seus representantes. Apresentado enquanto contribuição conjunta com o governo para o bem estar e harmonização da sociedade brasileira, essas entidades conseguiram imprimir sua marca em influência na “formação moral e cívica” e na assistência material das famílias trabalhadoras, consolidando-se como agente legítimo para esse papel, em favor da reivindicada “solidariedade entre as classes”. Além disso, cumpria papel também na construção daquele que deveria ser o trabalhador padrão, idealizado em seus traços, e apoiado pelas instâncias assistenciais que a classe empresarial se mostrava empenhada em oferecer.

Um outro aspecto, tratando-se de uma revista destinada a contribuir e divulgar as técnicas modernas de administração e organização racional do trabalho, o esclarecimento sobre os níveis de atuação profissionalizante, especialmente do SENAI, no processo de diversificação e expansão das atividades desenvolvidas, inclusive com estatura internacional, cumpria papel útil a esse objetivo. Nesse sentido, pesquisas e trabalhos elaborados por meio dos conselhos e departamentos regionais fortalecem a posição dessas entidades enquanto referencial robusto de alternativas para os problemas do desenvolvimento brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da Confederação Nacional da Indústria esteve associada ao processo de industrialização brasileira e com os modelos de desenvolvimento aplicados no país, assumindo posição relevante nos debates político e econômicos ao longo do tempo. A inauguração da revista *Indústria e Produtividade*, em 1968, ocorreu em um cenário bastante particular na história brasileira, de readaptação da gestão econômica sob regime autoritário, ao passo que a própria CNI atravessava um contexto de retomada da estabilidade de seu quadro diretor, após um período de enfraquecimento de sua capacidade representativa dos interesses do empresariado nacional. Esse período colocava um novo horizonte para os representantes industriais articulados na Confederação.

Apresentada como revista oficial não só da CNI, SESI e SENAI, mas da Indústria Nacional como um todo, tinha como intuito a divulgação de balanços da economia e de seus problemas, das técnicas modernas de melhoria da produtividade e dos métodos de administração, ao mesmo tempo que serviria como veículo de informações e canal de diálogo com o governo para as reivindicações do empresariado.

Realizamos neste trabalho um mapeamento temático dos volumes publicados ao longo do ano. A partir dos pronunciamentos de lideranças da CNI, dos artigos editoriais, das matérias redacionais, e das notícias da atuação das entidades industriais, foi possível identificar um conjunto de pautas e debates que expressavam interesses políticos e econômicos em disputa naquele contexto. Fatores como a crítica ao peso do setor público e o asfixiamento da empresa privada nacional; a defesa da desestatização como forma de fortalecer a iniciativa privada; o favorecimento ao capital nacional por parte do Estado, o que implicava não adotar postura agressiva ao capital estrangeiro; a ênfase na educação e na pesquisa tecnológica como condição fundamental para a sustentação do desenvolvimento; a defesa de aperfeiçoar os mecanismos de fortalecimento do mercado interno e do mercado de capitais; e uma política industrial que vise a melhoria qualitativa da produção através da melhoria da produtividade, compõem uma agenda de reivindicações desse setor.

Enquanto associação representativa de classe a nível nacional, essa instituição projetava-se como responsável e agente capaz de instruir e intervir em várias dimensões da sociedade, sejam elas no próprio processo produtivo das empresas, nas diretrizes da política econômica,

na integração nacional e no sistema educacional a nível de qualificação técnica de mão de obra e no ensino de tipo superior/universitário. Projeção essa sustentada na avaliação que a CNI faz da atual situação da economia brasileira, e do próprio papel que buscava consolidar enquanto entidade aglutinadora dos interesses do conjunto da indústria nacional.

Desse modo, a tentativa de materialização de parte desses esforços em favor das mudanças de ordem política, econômica, tecnológica e administrativa mencionadas é observável nas páginas da revista. A divulgação dos chamados métodos modernos de organização racional do trabalho, dos pronunciamentos no campo do debate de ideias econômicas diante do governo e de outras instituições ligadas à indústria, de análises e pesquisas setoriais de problemas específicos da cadeia produtiva nacional, atuaram em favor de qualificar a intervenção da entidade nas relações que estabelece publicamente.

FONTES:

CNI *INDÚSTRIA E PRODUTIVIDADE*. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 0 ao 7, 1968.
Acervo: Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-nacional-da-industria-cni>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- BIANCHI, Álvaro. Empresários e ação coletiva: notas para um enfoque relacional do associativismo. *Revista de Sociologia e Política*, nº 28, jun. 2007, p. 117-129
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000
- CALICCHIO, Vera; COUTO, André; SETEMY, Adrianna. Confederação Nacional da Indústria (CNI). In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-nacional-da-industria-cni>. Acesso em: 03 dez 2020.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empreiteiros e imprensa: a atuação dos empresários da construção pesada junto aos veículos de comunicação antes e durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1988). *Rev. Hist.*, São Paulo, n. 177, 2018, p. 1-22
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/projetohistoria/series/series3.html>. Acesso em: 02 fev. 2022
- DINIZ, Eli. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. *21 anos de Regime Militar: balanços e perspectivas*. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 198-231
- _____. Ação política dos empresários. In: FIGUEIREDO, Ney Lima (Org.). *Empresariado brasileiro: política, economia e sociedade*. São Paulo: Editora de Cultura, 2009, p. 104-106
- _____. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas trajetórias. *Política & Sociedade*, v. 9, n. 17, 2010, p. 101-139

- EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)*. - 9ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 209-242
- FARIA, Cristina Elsner de. *O papel da Confederação Nacional da Indústria na política industrial brasileira (1938-2014)*. 2016. 468f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- FELDHUES, Paulo Raphael Pires. *A Confederação Nacional da Indústria e o Nordeste brasileiro: o desenvolvimentismo nas páginas de desenvolvimento & conjuntura (1957-1964)*. 2014. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2014
- LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000
- _____. Século do corporativismo? O pesadelo liberal. In: FIGUEIREDO, Ney Lima (Org.). *Empresariado brasileiro: política, economia e sociedade*. São Paulo: Editora de Cultura, 2009, p. 173-220
- LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153
- MANCUSO, Wagner Pralon. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 28, p. 131-146, jun. 2007
- MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História*, São Paulo, n. 22, 2003, p. 59-79
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. – Rio de Janeiro: Graal, 1986
- _____.; FONTES. Virgínia Maria. *História do Brasil recente: 1964-1992*. – 5. ed. – São Paulo: Ática, 2006
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018, p. 195-216
- RODRIGUES, José dos Santos. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da confederação nacional da indústria*. 1997. 273 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997

SANTOS, Theotônio dos. *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*.

- 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2021

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988